

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**PAULO HENRIQUE DOS REIS MARQUES**

**MARCAS LINGUÍSTICAS DE EXCLUSÃO SOCIAL: investigação sobre o uso do  
artigo definido antes de antropônimos, em jornais de Caxias da primeira metade do  
século XX**

**Linha de Pesquisa:** Descrição e Análise do Português Brasileiro  
**Orientadora:** Profa. Dra. Sonia Maria Correa Pereira Mugschl  
**Coorientadora:** Profa. Dra. Mônica Fontenelle Carneiro

SÃO LUÍS/MA

2021

**PAULO HENRIQUE DOS REIS MARQUES**

**MARCAS LINGUÍSTICAS DE EXCLUSÃO SOCIAL: uma investigação sobre o uso do  
artigo definido antes de antropônimos, em jornais de Caxias da primeira metade do  
século XX**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Letras (Língua Portuguesa).

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise do Português Brasileiro

**Orientadora:** Profa. Dra. Sonia Maria Correa Pereira Mugschl

**Coorientadora:** Profa. Dra. Mônica Fontenelle Carneiro

SÃO LUÍS/MA

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

MARQUES, PAULO HENRIQUE DOS REIS.

MARCAS LINGUÍSTICAS DE EXCLUSÃO SOCIAL : investigação sobre o uso do artigo definido antes de antropônimos, em jornais de Caxias da primeira metade do século XX / PAULO HENRIQUE DOS REIS MARQUES. - 2021.

78 p.

Coorientador(a): MÔNICA FONTENELLE CARNEIRO.

Orientador(a): SONIA MARIA CORREA PEREIRA MUGSCHL.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUIS, 2021.

1. Artigo Definido. 2. Exclusão Social. 3. Jornalistas. 4. Socioestilística. I. CARNEIRO, MÔNICA FONTENELLE. II. MUGSCHL, SONIA MARIA CORREA PEREIRA. III. Título.

**PAULO HENRIQUE DOS REIS MARQUES**

**MARCAS LINGUÍSTICAS DE EXCLUSÃO SOCIAL: investigação sobre o uso do artigo definido antes de antropônimos, em jornais de Caxias da primeira metade do século XX**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão como quesito para a obtenção do Título de Mestre em Letras (Língua Portuguesa).

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise do Português Brasileiro

**Orientadora:** Profa. Dra. Sonia Maria Correa Pereira Mugschl

**Coorientadora:** Profa. Dra. Mônica Fontenelle Carneiro

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dra. Sonia Maria Côrrea Pereira Musghl**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA  
Orientadora

---

**Prof. Dra. Mônica Fontenelle Carneiro**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA  
Coorientadora

---

**Profa. Pós-Dra. Maria Goretti Cavalcante de Carvalho**  
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA  
Convidada Externa

---

**Profa. Dra. Marize Barros Rocha Aranha**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA  
Convidada Interna

---

**Prof. Dra. Ana Lucia Rocha Silva**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA  
Suplente

*"Cada língua é um retrato do mundo, tomado de um ponto de vista diferente, e que revela algo não tanto sobre o próprio mundo, mas sobre a mente do ser humano. Cada língua ilustra uma das infinitas maneiras que o homem pode encontrar de entender a realidade.*

*(Mario Perini)*

## AGRADECIMENTOS

A Deus todo poderoso, fonte inesgotável de amor, sempre e em primeiro lugar por ter me guiado e sustentado durante todo o percurso do mestrado e por toda minha vida.

A Raimundo Oliveira (in memoriam) e Oliete Frazão (avós maternos) e Augusto Marques (in memoriam) e Maria da Paz Tavares Marques (in memoriam) (avós paternos), por tudo que fizeram por nossas famílias.

A Luís Carlos Marques e Maria da Paz dos Reis Marques, por sempre terem acreditado em mim e me apoiado em momentos que só pai e mãe são capazes de fazer.

Aos meus irmãos: Fernando Marques, Alda Marques, Flávia Campos Marques e Ricardo Marques, que sempre estiveram comigo em todos os momentos de minha vida.

Aos meus sobrinhos: Júlio César, Hellen Beatriz, Júlia Christina e Luíza Helena, que me inspiram ainda mais.

Aos meus amigos: Adriane Oliveira, Risele Araújo, Nathália Siqueira, André Silva, Raimundo Cardoso, Jorge Ilton e Alexandre Gomes, por nossa amizade única.

À Debora Silva, por ter me incentivado e apoiado, lá atrás, a trilhar esse caminho que me trouxe até aqui.

Aos amigos da UFMA e da vida: Gleiciane Pinheiro, Charles Martins, Isla Rafane e Silas Dias, por sempre terem me apoiado e acreditado em mim na academia e na vida.

A Jane (in memoriam) e Claudilene (in memoriam), amigas lindas, por tudo que vivemos e sonhamos juntos para transformar o mundo em um lugar melhor.

A Diane Pitombeira, pelo companheirismo de sempre e, mais ainda, nos dias mais difíceis dos últimos anos. Gratidão por todo apoio e por ser sempre tão cuidadosa comigo.

A todos os colegas do Mestrado, por termos compartilhado momentos de grande aprendizado e troca de experiências na jornada.

Aos queridos professores do PGLetras, por todos os ensinamentos que vão para além do mestrado.

À professora Sonia Almeida. A palavra agradecer, para mim, já não contempla a carga semântica do que eu sinto por tudo que a senhora, como orientadora, professora, intelectual, sábia e amiga, fez nos últimos cinco meses comigo. Para além desta dissertação, sou uma pessoa melhor por tão significativo convívio. Que Deus a abençoe ainda mais. Gratidão!

À professora Mônica Carneiro, por ter aceito minha coorientação e ter acreditado em mim e contribuído significativamente neste trabalho.

À minha inesquecível professora Joseana Carvalhal (in memoriam), por ter me revelado um mundo mágico do ser professor e por ter me possibilitado continuar a jornada até aqui.

A todos os professores e professoras que me inspiraram, no jardim de infância, ensino fundamental, ensino médio e graduação, a ser professor, quando, em suas aulas, não compartilharam somente conhecimento, mas humanidade.

A todas as pessoas que tive a oportunidade de conhecer e que sempre acreditaram em mim: OBRIGADO!

## RESUMO

No presente trabalho, investigamos o uso do artigo definido antes de antropônimos, em jornais caxienses da primeira metade do século XX, com o objetivo de descrever e interpretar marcas linguísticas de exclusão social, tomando como objeto de referência o uso do artigo definido, nos dados selecionados, para entender se a presença ou a ausência desse determinante antes de antropônimos sinaliza ou responde se estas marcas linguísticas de exclusão existem. Como *locus* social, histórico e geográfico desta pesquisa, escolhemos a cidade de Caxias que, atualmente, é a quinta maior cidade do Estado do Maranhão e foi a segunda, depois de São Luís em 1821, a produzir jornais impressos em 1833 e possui significativa produção jornalística no período de recorte da pesquisa (1901- 1950). A presente pesquisa está fundamentada na Sociolinguística Variacionista, que teve sua primeira onda com Labov e avançou com Eckert para a terceira onda, espaço teórico em que se sustenta as discussões sobre o uso do artigo antes de nomes próprios. Quando afirmamos que a investigação se sustenta na terceira onda da Sociolinguística Variacionista com Eckert (2000, 2003, 2005 e 2012), estamos considerando que houve um recorte que restringe a comunidade de fala para a comunidade de prática, aqui, representada pelos jornalistas dos jornais de Caxias da primeira metade do século XX, em que eles tinham um estilo de usar o artigo antes de antropônimos, o que nos possibilita interpretá-lo como parte de uma manifestação socioestilística. O *corpus* desta pesquisa é constituído de quatro anúncios comerciais, oito crônicas e uma notícia extraídos de volumes dos jornais *O Zephyro* (1901), *O Paiz* (1903 -1905), *O Binóculo* (1907), *O Caixeiro* (1915-1916), *O Bloco* (1917), *Ferro na Braza* (1917), *Diário de Caxias* (1924), *O Sabiá* (1932), *Voz do Povo* (1936), *Singular* (1937 – 1938) e o *Cruzeiro* (1948), publicados na primeira metade do século XX, num total de onze periódicos, disponíveis no Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite, localizada na capital do Estado. De forma objetiva, esta pesquisa busca responder se o uso do artigo definido antes de antropônimos é uma marca linguística de exclusão social na comunidade de prática dos jornalistas da sociedade caxiense da primeira metade do século XX, a partir das categorias qualificação e desqualificação dos sujeitos apresentados nos dados extraídos dos jornais aqui selecionados. É uma pesquisa interpretativa de caráter qualitativo, uma vez que a quantificação das ocorrências será processada como um ponto de referência para a maior ou menor incidência de um tipo de uso linguístico, para análise do viés de sua maior ou menor regularidade e seus efeitos sociais. Para analisar a variação no uso do artigo antes de antropônimos, trabalhamos com base nas variáveis e nas invariantes, ou seja, com as regras variantes e com as categóricas. Por isso, foi preciso revisitar a gramática internalizada, a normativa e a descritiva, para analisar o que há de possibilidades de escolha para os falantes (os jornalistas caxienses) e o que é sistemático e inegociável para eles e para marcar, linguisticamente, o lugar sintático do artigo definido na sentença. Tudo isso nos levou a confirmar as marcas de exclusão social dos sujeitos, quando referidos pela comunidade de prática dos jornalistas da Caxias da primeira metade do século XX, levando em consideração a presença/ausência do artigo definido antes de antropônimos.

**Palavras-chave:** Artigo Definido; Socioestilística; Jornalistas; Exclusão Social

## RESUMEN

En el presente trabajo, investigamos el uso del artículo definido antes de antropónimos, en periódicos caxienses de la primera mitad del siglo XX, con el objetivo de describir y interpretar marcas lingüísticas de la exclusión social, tomando como objeto de referencia el uso del artículo definido, en los datos seleccionados, para entender se la presencia o la ausencia de este determinante antes de antropónimos señala o responde se estas marcas lingüísticas de exclusión existen. Como *locus* social, histórico y geográfico de esta investigación, elegimos la ciudad de Caxias que, actualmente, es la quinta mayor ciudad del estado del Maranhão y fue la segunda, después de São Luís en 1821, en producir periódicos impresos en 1833 y posee significativa producción periodista no periodo de recorte de la investigación (1901-1950). La presente investigación está fundamentada en la Sociolingüística Variacionista, que tuvo su primera ola con Labov y avanzó con Eckert para la Tercera Ola, espacio teórico en que se sostiene las discusiones sobre el uso del artículo antes de nombres propios. Cuando afirmamos que la investigación se sostiene en la Tercera Ola da Sociolingüística Variacionista con Eckert (2012), estamos a considerar que hubo un recorte que restringe la comunidad de habla para la comunidad de práctica, acá, representada por los periodistas de los periódicos de Caxias de la primera mitad del siglo XX, en que ellos tenían un estilo de usar el artículo antes de antropónimos, lo que nos posibilita interpretarlo como parte de una manifestación socioestilística. El *corpus* de esta pesquisa es constituido de cuatro anuncios comerciales, ocho crónicas y una noticia sacados de volúmenes de los periódicos *O Zephyro (1901)*, *O Paiz (1903-1905)*, *O Binóculo (1907)*, *O Caixeiro (1915-1916)*, *O Bloco (1917)*, *Ferro na Braza (1917)*, *Diário de Caxias (1924)*, *O Sabiá (1932)*, *Voz do Povo (1936)*, *Singular (1937 – 1938)* y *lo Cruzeiro (1948)*, publicados en la primera mitad del siglo XX, totalizando once periódicos, disponibles en el Acervo Digital de la Biblioteca Pública Benedito Leite, ubicada en la capital del Estado. De forma objetiva, esta investigación busca contestar se el uso del artículo definido antes de antropónimos es una marca lingüística de exclusión social por la comunidad de práctica de los periodistas de la sociedad caxiense de la primera mitad del siglo XX, a partir de las categorías calificación y descalificación de los sujetos presentados en los datos extraídos de los periódicos acá seleccionados. Es una investigación interpretativa de carácter calificativo, una vez que la cuantificación de las ocurrencias será procesada como un punto de referencia para la mayor o menor incidencia de un tipo de uso lingüístico, para análisis de la perspectiva de su mayor o menor regularidad y sus efectos sociales. Para analizar la variación en el uso del artículo antes de antropónimos, trabajamos con base en las variables y en las invariables, o sea, con las reglas variantes y con las categóricas. Por eso, fue necesario visitar la gramática internalizada, la normativa y la descriptiva, para analizar lo que hay de posibilidades de opción para los hablantes (los periodistas caxienses) y lo que es sistemático y innegociable para ellos y para marcar, lingüísticamente, el lugar sintáctico del artículo definido en la sentencia. Todo eso nos ha llevado a confirmar las marcas de exclusión social de los sujetos, cuando referidos por la comunidad de práctica de los periodistas de la Caxias de la primera mitad del siglo XX, llevando en consideración la presencia/ausencia del artículo definido antes de antropónimos.

**Palabras-clave:** Artículo Definido; Socioestilística; Periodistas; Exclusión Social

## LISTA DE ABREVIACES/SIGLAS

<b>DET</b>	Determinante
<b>N</b>	Nome
<b>PB</b>	Portugus Brasileiro
<b>Pro</b>	Pronome
<b>SN</b>	Sintagma Nominal
<b>SV</b>	Sintagma Verbal
<b>S.Prep</b>	Sintagma Preposicional
<b>V</b>	Verbo

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Dissertações e livros sobre o artigo definido .....	16
<b>Quadro 2</b> – Produção jornalística de Caxias no período de 1901 a 1950.....	44
<b>Quadro 3</b> – Antropônimos com presença/ausência do artigo definido .....	53
<b>Quadro 4</b> – EXCERTO 1: O ZEPHYRO (1901). Caxias (MA), 4 de junho de 1901. Anno I, nº 5, p. 2. ....	54
<b>Quadro 5</b> – EXCERTO 7: O BLOCO (1917). Caxias, 27 de janeiro de 1917. Anno I, nº 13, p. 7.....	55
<b>Quadro 6</b> – EXCERTO 10: O SABIÁ (1932). Caxias (MA), 22 de setembro de 1932. Anno I, nº 4, p.2.....	55
<b>Quadro 7</b> – Paródia da oração do credo da igreja católica X oração original .....	57

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 ESTUDOS SOBRE O ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS .....	15
3 SOBRE O ARTIGO DEFINIDO: entre regras e usos.....	17
3.1 GRAMÁTICA NORMATIVA E OS PONTOS DE REFERÊNCIA DA ORIENTAÇÃO PARA O EMPREGO DO ARTIGO DEFINIDO.....	20
3.2 GRAMÁTICA INTERNALIZADA: sobre o que é formalmente categórico para o artigo na base gerativista da variação .....	22
3.3 GRAMÁTICA DESCRITIVA: sobre as variáveis do uso do artigo definido para uma sustentação teórica da pesquisa .....	26
4 O ESTILO NA SOCIOLÍNGUÍSTICA: uma orientação para a análise da variação externa .....	33
5 SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL COMO CATEGORIA SOCIAL DE ANÁLISE: por um ponto de vista interpretativo do uso do artigo definido.....	36
6 ARCABOUÇO DE UMA PESQUISA SOBRE ARTIGO DEFINIDO .....	39
7 METODOLOGIA.....	40
7.1 O <i>LOCUS</i> : a cidade de Caxias .....	40
7.2 DA REALIDADE DE CAXIAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	42
7.3 O <i>CORPUS</i> DA PESQUISA: dos jornais de Caxias.....	43
7.4 DESCRIÇÃO DOS DADOS PELA PERSPECTIVA DA DIMENSÃO INTERNA DE BASE GERATIVISTA .....	45
7.5 ANÁLISE DOS DADOS PELA PERSPECTIVA DA DIMENSÃO EXTERNA DE BASE ESTILÍSTICA .....	47
7.6 COMPATIBILIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO INTERNA E DA DESCRIÇÃO EXTERNA .....	50
7.7 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS .....	53
7.8 DESCRIÇÃO DE UMA PESQUISA SOBRE ARTIGO DEFINIDO.....	58
8 ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS DADOS A PARTIR DO ESTILO DOS JORNALISTAS DOS JORNAIS DE CAXIAS .....	59
8.1 ANÁLISE SOCIOESTILÍSTICA .....	63
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	64
REFERÊNCIAS .....	68
ANEXOS.....	71
ANEXO A – JORNAL O ZEPHYRO.....	72
ANEXO B – JORNAIS O PAIZ E O BINÓCULO .....	73
ANEXO C – JORNAIS O CAXEIRO E O BLOCO .....	74
ANEXO D – JORNAIS FERRO NA BRAZA E DIÁRIO DE CAXIAS.....	75
ANEXO E – JORNAIS O SABIÁ E VOZ DO POVO .....	76
ANEXO F – JORNAIS SINGULAR E CRUZEIRO.....	77

## 1 INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da sociolinguística, em meados do século XX, com a criação da Teoria da Variação e Mudança Linguística por William Labov, linguistas se preocupam com estudos sobre a variedade e mudança da língua, com base em seu uso real pelo falante em comunidades de fala e, mais recente ainda, em comunidades de prática.

A partir da década de 1970, pesquisas feitas sob o olhar da sociolinguística variacionista vêm dando conta de ampliar o conhecimento sobre a língua falada no Brasil, denominada nesta pesquisa como Português Brasileiro (PB). Linguistas de todos os cantos do país se debruçam sobre investigações que buscam descrever e analisar fenômenos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos para darem conta da realidade linguística do país e saírem da visão estrita encontrada na gramática normativa, da descrição metalinguística em si.

O entendimento de que nem tudo reunido nas gramáticas normativas dá conta das realizações que os falantes desempenham em contextos diversos vem levando os linguistas pesquisadores do PB a desenvolverem cada vez mais pesquisas que olhem para o caráter interno e externo da língua. Alguns estados brasileiros já dispõem de inúmeras pesquisas que traduzem a realidade local e ampliam o conhecimento sobre o PB, subsidiando mais pesquisas em outros estados que traduzam a realidade linguística do país em seus mais variados contextos, seja pela descrição e análise de dados da fala ou da escrita.

Diante dos diversos caminhos que se apresentam para um linguista pesquisador e do grande volume de pesquisas produzidas nas últimas décadas, surgem perguntas que precisam ser respondidas sobre essas questões que dizem respeito às marcas socioestilísticas de uma comunidade de prática que serão, como consequência, incluídas entre os traços do PB. Listaremos algumas perguntas aqui porque foram elas que nos conduziram durante todo a jornada que trilhamos para chegarmos a este momento: por que e como escolher um objeto de pesquisa? Onde achar os dados? Como organizá-los? Quem já falou sobre isso? Quais as teorias que podem dar base à pesquisa? Como organizar os dados, suas descrições e análise? Como não perder de vista o arcabouço cognitivo da investigação? Para quais respostas a pesquisa poderá sinalizar? Até onde uma pesquisa pode ir para se considerar concluída? Quais os resultados?

Para este trabalho, tais perguntas perduraram por um bom tempo até encontrarmos um caminho a seguir. A partir daí, com os achados, fomos respondendo as perguntas que

precisavam de respostas consistentes e a presente pesquisa foi ganhando forma. O caminho até a escolha do objeto e das perspectivas para a descrição e análise aqui apresentadas foi desafiador, mas trouxe reflexões e resultados mais que satisfatórios, em nossa visão.

Além disso, como motivação maior, era necessário ir além do que poderíamos e preencher o caos que habitava em mim, de maneira particular, e ultrapassar dificuldades naturais que surgiram ao longo desta jornada. Um vazio que precisava ser preenchido a fim de contemplar uma jornada marcada por muita superação.

Conseguimos enxergar que a pesquisa contribuirá de forma significativa para a criação de um olhar para o artigo definido que vá para além da gramática normativa e observe que pelo estilo de uma comunidade de prática, essa partícula tem, em nossa visão, com sua presença antes de antropônimos, marcas linguísticas de exclusão social.

Escolhemos os jornais produzidos na primeira metade do século XX, na cidade de Caxias – MA, como corpus da pesquisa e a vasta e variada produção jornalística de uma das maiores cidades do interior do Estado do Maranhão, também conhecida como “Princesa do Sertão”, a cidade foi considerada a “*Manchester Maranhense*”, porque passou por uma fase cujo cotidiano buscava – na grande narrativa do progresso – um futuro promissor que, no final do século XIX, levou a cidade a uma plena industrialização e criou uma *belle époque* própria da atmosfera brasileira que logo veio a desmoronar, tentando salvar sua imagem por ser terra do mais ilustre de todos os maranhenses: Gonçalves Dias, autor de *Canção do Exílio*.

Sendo o artigo definido o objeto de pesquisa da presente pesquisa, questionamos: Seria o artigo um elemento apenas definidor ou indefinidor de um substantivo? Para que outros espaços interpretativos essa classe poderia sinalizar? Decidimos por, a partir dos dados encontrados nos jornais de Caxias, olhar para além do que a gramática normativa apresenta sobre o emprego do artigo definido antes de antropônimos. Separamos o artigo para descrever e analisar se essa presença linguística na sintaxe, em textos daqueles jornais, poderia ser interpretada como indício de estilo social excludente do sujeito a quem os jornalistas se referiam, como comunidade de prática, aqui considerada, de uma realidade caxiense que vivia a decadência e, por causa dela, refletia-se no perfil dos antropônimos.

Diante das pesquisas que encontramos, verificamos que analisar o artigo sob a perspectiva da exclusão social trazia um diferencial para o que havia sido pesquisado sobre essa categoria gramatical, o que nos impulsionou a que trilhássemos caminhos, a partir não só da gramática normativa, mas também das gramáticas, perspectiva que nos favoreceu investigar

com uma direção mapeada com maior presteza. Passamos a encontrar o caminho das respostas com base em um arcabouço cada vez mais acrescido de elementos que as necessidades da pesquisa demandavam, chegando aqui e afirmando que esta é uma pesquisa de interpretação sociolinguística de base gerativista, localizada na terceira onda da sociolinguística variacionista proposta por Eckert (2000, 2003, 2005 e 2012) que avança no campo da variação sociolinguística, acrescentando o significado social do estilo pelo uso do artigo antes de nomes próprios de cidadãos caxienses, sob os prejuízos da derrocada de uma industrialização fracassada.

Dos 21 (vinte e um) jornais produzidos ao longo da primeira metade do século XX da cidade de Caxias, 11 (onze) jornais, disponibilizados em formato digital no acervo eletrônico da Biblioteca Pública Benedito Leite, foram utilizados para coleta de dados. Os dados nos revelaram que o uso do artigo definido antes de antropônimo está para além do que prescreve a gramática normativa e, também, está relacionado ao estilo no uso da língua por determinado falante e da comunidade de prática em que ele está inserido. E a pesquisa continuaria a se abrir nesse para-além.

Importante destacar que a produção jornalística de Caxias tem seu início ainda no século XIX, no ano de 1833, onde a então Vila de Caxias foi a segunda localidade do estado do Maranhão a produzir jornais impressos. Antes disso, apenas São Luís, a capital do Estado, havia publicado jornais impressos em 1821.

A partir do arcabouço investigativo que fomos construindo como uma imagem esquemática geral dos elementos mais importantes, dividimos a presente dissertação em oito capítulos dos quais faremos uma breve descrição a seguir.

O segundo capítulo apresenta as pesquisas realizadas sobre o uso do artigo definido diante de antropônimos, as quais revelaram que este objeto de estudo vem ganhando bastante atenção ao longo das últimas décadas de pesquisas sociolinguísticas do PB e destacamos o que elas trouxeram de resultados sobre o uso do artigo definido; o terceiro apresenta as regras de uso do artigo definido, com reflexões sobre o que a gramática normativa, descritiva trazem de fundamental para o desdobramento da descrição e análise de nosso objeto de estudo, e toda a base teórica em que a pesquisa se ancora, sob a perspectiva linguística e gramatical.

O capítulo quatro traz o estilo na sociolinguística como orientação e subsídios para a análise da variação externa e aborda a terceira onda da sociolinguística que trata sobre a socioestilística, sobre a comunidade de prática e sobre como as análises, por essa perspectiva,

vem ganhando destaque nas últimas duas décadas. Buscando tocar mais diretamente as interferências sociais externas, o capítulo cinco traz a categoria social de análise da pesquisa: a exclusão social. Para visualizar a totalidade cognitiva da pesquisa, por meio do capítulo seis, construímos o arcabouço teórico de nossa pesquisa, por meio de um gráfico que articula perspectiva interna e externa para a interpretação necessária à resposta de pesquisa.

O capítulo sete traz os processos metodológicos da pesquisa e discute os elementos próprios à investigação: o *locus*, a realidade da Caxias da primeira metade do século XX; o *corpus*: os jornais produzidos no período mencionado; os dados: crônicas, anúncios comerciais e notícia selecionados naqueles jornais; os conceitos, regras e usos do artigo definido antes de antropônimos, trazendo à construção do perfil do objeto gramáticos e linguistas para a interpretação dos dados a categoria exclusão social e as subcategorias qualificação, desqualificação e para o perfil do contexto o momento histórico vivido pela Caxias daquele tempo.

Procedemos à descrição linguística de base gerativista dos dados, ainda no capítulo sete, e à análise dos dados pela perspectiva da dimensão externa de base estilística. Compatibilizamos os dados por meio da descrição interna e externa da pesquisa, descrevemos os resultados por meio, também, de um arcabouço com a descrição de uma pesquisa sobre o artigo definido.

Apresentamos, no capítulo oito, os resultados da investigação, através de uma análise interpretativa dos dados a partir do estilo dos jornalistas dos jornais de Caxias da primeira metade do século XX e tecemos as considerações finais mediante os resultados que a pesquisa revelou sobre o uso do artigo definido como marca sinalizadora de exclusão social da comunidade de prática dos jornalistas de Caxias, do período aqui demarcado.

## 2 ESTUDOS SOBRE O ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS

Muitos trabalhos que têm o uso e/ou emprego do artigo definido diante de antropônimos como objeto de estudo já foram desenvolvidas no português brasileiro. Destacam-se: Moisés (1995), Silva (1996), Callou (2000), Leite e Callou (2002), Campos Jr. (2011), dentre outros. A maioria se fundamentou nos aspectos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), com o objetivo de verificar os contextos variáveis de ocorrência.

O trabalho realizado por Moisés (1995), numa perspectiva funcional-discursiva, investigou as condições em que ocorriam o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte. Como resultado da análise de conversas espontâneas, a autora chegou a duas conclusões: (i) há uma tendência ao emprego do artigo definido junto ao antropônimo quando este ocorre à esquerda do verbo; (ii) o fator intimidade e familiaridade encontrados em gramáticas tradicionais para explicar o uso do artigo não garante o seu uso, e contraria o que a gramática normativa aponta, uma vez que o mesmo falante varia ao fazer uso do artigo, independentemente da posição em que ocorra, se SN<sup>1</sup> ou SN<sup>2</sup>.

Silva (1996) observou a ausência/presença de artigo diante de antropônimo em dados do *Corpus Censo*<sup>1</sup> e relacionou a presença do artigo a questões de discurso e a fatores de ordem semântica, tais como a presença de interlocutores, a entrada de novos elementos no discurso e a referência a pessoas já conhecidas. O objetivo da autora era obter explicações para o papel do artigo em geral, uma vez que parecia que “as variáveis estavam mais relacionadas com os artigos do que com os possessivos ou nomes próprios” (SILVA, 1996a, p. 127).

Callou e Silva (1997) analisaram o uso do artigo definido em dois contextos: diante de nome próprio e diante de possessivo, com uma análise diacrônica do fenômeno utilizando *corpus* de língua escrita do Brasil e de Portugal, e *corpus* de língua falada do Projeto Norma Urbana Culta (NURC).

Os trabalhos, acima descritos, mostram que, no português, o uso do artigo definido diante de nome próprio se comporta de forma variável, tendo, portanto, fatores internos e externos à língua condicionando o seu uso.

---

<sup>1</sup> Projeto Censo da Variação Linguística no estado do Rio de Janeiro, que é constituído por um *corpus* de dados da oralidade e da escrita.

Selecionamos os enfoques acima como exemplos de abordagens de pesquisas sobre o uso do artigo porque, na verdade, sentimos a necessidade de investigar, no âmbito acadêmico e científico, o interesse por esse objeto de estudo tão simplificado no contexto do conhecimento gramatical. Além disso, outra curiosidade que moveu essa busca de outras pesquisas e publicações está na questão do enfoque interpretativo do uso do artigo como elemento de exclusão social, considerando, pelos achados na análise ainda do domínio da hipótese, a tendência para usar ou não o artigo como indício de qualificação ou desqualificação do sujeito determinado ou não.

Pelas pesquisas acima elencadas, chegamos a duas percepções relevantes: (i) há grande interesse na academia por esse objeto de estudo. Há pesquisadores que dedicaram grande parcela de seu trabalho investigativo à descrição e análise do uso do artigo em diferentes contextos; (ii) não encontramos, até o momento, uma abordagem do uso do artigo sob a perspectiva da exclusão social (desqualificação). A maioria, entre as que levantamos, incluindo as que não estão servindo como exemplo, incluem o aspecto do conhecimento da entidade com relação a maior ou menor familiaridade, inclusive, no que diz respeito ao domínio público.

Abaixo, selecionamos, aleatoriamente, uma lista de publicações e de trabalhos acadêmicos sobre o assunto, cujos títulos esclarecem o âmbito em que o uso do artigo foi levado em consideração:

**Quadro 1** – Dissertações e livros sobre o artigo definido

DISSERTAÇÃO	LIVRO
ALMEIDA MENDES, Andréia. <b>A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala de moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó</b> – MG. (Dissertação). UFMG, 2019.	CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle. <b>O uso do artigo definido em contextos específicos</b> . In: HORA, Dermeval da (org.). <i>Diversidade linguística no Brasil</i> . João Pessoa: Ideia, 1997.
AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. <b>A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu</b> . (Dissertação). UFMG, 2003.	CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle. <b>A variação no Português do Brasil: o uso do artigo definido diante de antropônimo</b> . Faculdade de Letras da UFRJ. vol. 9. Rio de Janeiro: Série Conferência, 2000.
CAMPOS JR, H da S. <b>A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba</b> . 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.	OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de. <b>Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico</b> . In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de & SCHERRE, Maria Marta P. (orgs.). <i>Padrões Sociolinguísticos – Análise de fenômenos variáveis do Português Falado na cidade do Rio de Janeiro</i> . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 119 – 145, 1996.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. <b>A ausência de artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?</b> (Dissertação). UFMG, 2000.	
MOISÉS, Julia de Assis. <b>O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte.</b> (Dissertação). UFMG, 1995.	

Fonte: Autor (2021)

### 3 SOBRE O ARTIGO DEFINIDO: entre regras e usos

Tecendo considerações gerais sobre os estudos linguísticos, não partilhamos do pensamento de que a linguística nega a gramática normativa, mas reconhecemos que os estudos linguísticos ampliam a noção de gramática e de conjunto de regras, uma vez que propõem outras possibilidades. Partindo desta afirmação, podemos observar que uma língua associa ao que é proposto por uma gramática normativa outras gramáticas que transitam entre o que deve ser, o que é e o que se sabe de forma internalizada.

Observando a *gramática normativa* e compreendendo, para além disso, que há um uso real pelas diferentes *comunidades de prática* e, ainda, o que o falante domina, já pode ser visto que considerar uma única gramática é ter uma visão reducionista dos contextos e, também, da língua que o falante não controla apenas pelo que deve ser, mas pelo que é. Para Possenti (1996, p. 63), o termo gramática “serve como um guarda-chuva” e ‘conjunto de regras’ também pode ser entendido de várias maneiras”.

É evidente que, durante muito tempo, aprender uma língua esteve mais relacionado à visão de aprender e falar corretamente, algo que encontramos ainda hoje nas gramáticas pedagógicas e livros didáticos, do que observar sua utilização a partir de seu uso por diferentes grupos sociais em variados contextos. É certo que o domínio do conjunto de *regras que devem ser seguidas*, apresentado pela gramática normativa, poderá levar o falante ao emprego da variedade padrão na escrita e/ou na oralidade, capacitando-o a galgar lugares mais altos na hierarquia social, o que exige o desempenho em norma culta.

Assim como há uma orientação para o que deve ser, há outra que descreve o uso. Essa descrição orienta o trabalho dos linguistas que têm a preocupação em descrever e/ou explicar as línguas como de fato elas são faladas. Esta gramática é conhecida como descritiva.

Para Possenti (1996), a preocupação central da gramática descritiva é tornar conhecidas, de forma explícita, as regras de fato utilizadas pelos falantes. Cabe destacar que,

dentro da visão desta gramática, todos os que falam sabem falar e tal situação indica que os falantes seguem regras, independente da ideia apresentada pela gramática normativa. A presente pesquisa adotará os conceitos encontrados nas gramáticas descritivas, uma vez que se pretende analisar o uso do artigo definido antes de antropônimos<sup>2</sup> na comunidade de prática dos jornais de Caxias da primeira metade do século XX.

Dentre as características da gramática descritiva, temos a de que esta gramática não tem nenhuma pretensão prescritiva, focando, principalmente, na análise contextual dos usos linguísticos para, assim, subsidiar estudos onde o uso real da língua forneça entendimento sobre como o português brasileiro é usado por diferentes comunidades de prática.

Não se trata de apontar erros no uso do português de acordo com a gramática normativa, mas de mostrar que outras formas de utilização existem e não podem ser desconsideradas, pois fazem parte da língua, produzindo efeitos para diferentes interpretações, entre elas, a social, como é a especificidade desta pesquisa. Possenti (1996, p. 68) diz que “o critério de correção para a variedade padrão da língua não é linguístico, mas social”. Daí temos um cenário de preconceito pela ideia equivocada de que quem não sabe falar, sob os princípios da norma padrão, não domina a língua que utiliza. No Brasil, ainda há uma nítida resistência no que tange à aceitação de que a gramática normativa não dá conta de toda a realidade linguística que temos.

A definição do conjunto de *regras que o falante domina*, apresentada por Possenti (1996), está relacionada diretamente aos conhecimentos que fazem com que o falante produza frases ou sequências de palavras totalmente compreensíveis e reconhecidas como parte integrante de uma língua, mesmo distante do que se encontra prescrito na gramática normativa. Esse conhecimento internalizado do falante diz respeito tanto ao léxico quanto à distribuição sintático-semântica que produz efeitos para o sentido. Se, antes, a visão era traduzir o sistema pelo sistema, por uma série de abstrações, a descrição não desconsidera o uso linguístico pelo falante em variadas comunidades de prática.

Parafraseando Bakhtin (2012), uma vez que se considere a língua como sensor das transformações sociais, há de se admitir, com base na Sociolinguística Variacionista Laboviana, a variação como um fenômeno inerente às línguas humanas e a mudança linguística como

---

<sup>2</sup> Por antropônimo (nomes próprios, sobrenomes, apelidos, hipocorísticos), compreende-se o item lexical que é utilizado pelo usuário da língua para referir-se a um indivíduo do mundo real ou fictício (neste caso, com traços humanos). (AMARAL, 2010, p. 76)

processo que se encaixa – *embedding problem* – tanto no eixo linguístico quanto no eixo social (RUMEU, 2013). Com isso, analisar o uso do artigo definido antes de antropônimos, em textos jornalísticos da Caxias da primeira metade do século XX, está relacionado ao uso real da língua em uma comunidade de prática, uma vez que uma análise apenas pelo olhar daquilo que prescreve a gramática normativa não conseguiria dar, isoladamente, subsídios para uma análise de caráter sociolinguístico.

Em termos sociais, ao observarmos os textos jornalísticos dos jornais caxienses da primeira metade do século XX, é possível identificar o prestígio social de determinadas pessoas naquela sociedade e que o uso do artigo definido tem relação determinante com a forma como os jornais apresentavam-nas em suas produções jornalísticas.

Por se tratar do objeto de interesse da presente pesquisa, as construções com a presença/ausência de artigo definido antes de antropônimos parecem determinar as relações sociais naquela comunidade de prática, ora com a ausência utilizada para evidenciar as pessoas de prestígio social e ora com a presença desqualificando o sujeito dos textos jornalísticos, por levar em consideração sua posição social na Caxias de 1901 a 1950.

O uso do artigo definido nos excertos extraídos dos jornais caxienses dá subsídios para analisar a qualificação e desqualificação dos cidadãos da cidade representados nos jornais da época, quando era nítida a diferenciação entre as camadas sociais da Caxias do século XX, apresentadas nos jornais produzidos no período aqui recortado.

É possível, mesmo inconscientemente, a partir dessas construções, evidenciar as diferentes posições sociais dos indivíduos da sociedade caxiense. Em termos linguísticos, isso também acontece, analisando as construções sintagmáticas, cuja organização dos sintagmas refletem a organização social. À presença/ausência do artigo como determinante do nome na construção do sintagma nominal está sendo associado ao valor de sujeito qualificado/desqualificado socialmente.

Assumir que a produção escrita de jornais da Caxias, no que se refere ao uso ou não do artigo como determinante das relações sociais, traduzindo de forma real e fidedigna a realidade linguística de uma parcela de falantes do português brasileiro da primeira metade do século XX, parece-nos necessário aos estudos linguísticos do Português Brasileiro, com enfoque nos usos linguísticos maranhenses.

Para Oliveira e Silva (1996), estudos sociolinguísticos com amostras de língua oral em uma dada comunidade linguística com base apenas na produção escrita de alguns

informantes são totalmente viáveis, uma vez que “felizmente a língua é uma propriedade humana relativamente homogênea, entre outros motivos porque, para haver comunicação, é imprescindível que pelo menos todos tenham acesso ao âmago da língua de sua comunidade”.

Esta investigação se solta das amarras da discussão gramatical sobre o preconceito linguístico e busca as diferentes visões para ampliar esta análise. Leva em consideração “o que deve ser seguido” e avança para o que, linguisticamente, “está sendo seguido”. Analisa o que é, sistematicamente, real e possível, para o falante que sabe sobre a língua de forma internalizada, e realiza infinitas possibilidades sujeitas a interpretações sociolinguísticas. Usar ou não usar o artigo é sim uma questão de “conjunto de regras”, entendido como um conjunto de regularidades de usos que manifestam um valor social inclusivo ou excludente.

### 3.1 GRAMÁTICA NORMATIVA E OS PONTOS DE REFERÊNCIA DA ORIENTAÇÃO PARA O EMPREGO DO ARTIGO DEFINIDO

Sendo a gramática normativa um conjunto de regras a serem seguidas (POSSENTI, 1996, p. 63), mesmo sabendo que há outras regras: as que o falante sabe e as que ele usa, achamos por bem transitar nesta gramática normativa que orienta para como o artigo deve ser empregado. Consideramos esses três olhares para a análise dos dados. Abaixo buscamos esta orientação em alguns gramáticos.

Para Rocha Lima (2011, p. 141), “o artigo é uma partícula que precede o substantivo, assim à maneira de sua marca dessa classe gramatical. Em razão disso, qualquer palavra, expressão ou frase, fica substantivada se o trouxer antes de si”, como um ser que já é conhecido pelo ouvinte. Na visão de Cegalla (1981, p. 135), “o artigo é a classe que se antepõe aos substantivos para determiná-los de modo preciso, particular (artigo definido) ou de modo vazio, impreciso, geral (artigo indefinido)”. Em Cunha (1975, p. 144), “dá-se o nome de artigo definido a palavra *o* (com variações *a*, *os*, *as*), que se antepõe aos substantivos para indicar que se trata de um ser claramente definido”.

Para Irlandé Antunes (2007, p. 30), a gramática normativa é particularizada, ou seja, não dá conta de toda a realidade da língua, pois contempla apenas usos considerados aceitáveis numa perspectiva da língua socialmente prestigiada. As gramáticas acima citadas, portanto, enquadram-se no domínio normativo da língua, onde acabam definindo o que seria o “certo”, o como deve ser da língua, e aponta o “errado”, o como não deve ser da língua.

Diante dos conceitos que a gramática normativa apresenta, percebemos que não há muita novidade para esta classe de palavra ou para a função ocupada pelo artigo na sentença,

desconsiderando as variações encontradas no uso real da língua em comunidades de prática. Há, assim, uma limitação normativa que se preocupa muito mais em prescrever o emprego do artigo que observar como se dá o seu uso por falantes do português brasileiro nos mais variados contextos.

A gramática normativa apresenta o artigo, suas flexões e emprego, em um viés gramatical não tão prescritivo, mas com pouca ênfase a uma classe que parece existir para definir ou indefinir um nome de um objeto conhecido ou desconhecido. Para esta pesquisa, o emprego não supre a interpretação dos usos e a ampliação dessa lente gramatical necessária não é alimentada pelos princípios normativos. Pensamos que a gramática normativa não basta para investigar o uso do artigo definido antes de antropônimos nos jornais de Caxias da primeira metade do século XX.

Entretanto, este item da pesquisa é importante, porque acreditamos que a escolha de uma gramática não anula o que há de essencial nas outras. Haverá sempre uma conexão gramatical, ou seja, uma relação complementar entre as diferentes gramáticas, quando estamos analisando fatos linguísticos. Pensamos, então, que, para interpretar um uso linguístico, é necessário partir da prescrição como ponto de referência, para estabelecer as diferenças entre as diversas orientações e possibilidades gramaticais e linguísticas. Isso porque “o uso que fazemos da língua, resultado desse complexo de fatores linguísticos e extralinguísticos, se denomina desempenho. O desempenho é, afinal, aquilo que efetivamente realizamos quando falamos (ou quando ouvimos, ou escrevemos, ou lemos)” (PERINI, 1979, p. 27).

O desempenho se contrapõe à competência, que é o “conhecimento que têm os falantes de sua língua[...]”, cujo “acesso não está pronto”, porque é “abstrato”. (PERINI, 1979, p. 27-28.). Um pesquisador, em suas descrições e análises linguísticas, estará sempre transitando entre o que é regra gramatical, sistema linguístico e desempenho. Este último recebe uma influência significativa e fundamental das vivências e interações sociais.

Além dessa visão geral sobre o artigo definido nas gramáticas normativas, achamos por bem trazer para esta reflexão o que encontramos na gramática integral da língua portuguesa que assume no subtítulo ter uma visão prática e funcional (ABREU, 2018, p. 190):

Às vezes, a referência textual do artigo definido pode estar contida em outro texto, ou em fala anterior que deve ser lembrada pelo interlocutor para a compreensão de uma fala atual. Trata-se de uma *referência anafórica anterior*. É o que acontece com títulos em jornais e revistas como no exemplo seguinte: “A vacina estava vencida.” O redator desse título de matéria pressupõe que o leitor tenha lido outros textos publicados em edições anteriores, sobre a utilização de um tipo de vacina para combater alguma

enfermidade. Com esses dados, o leitor sabe identificar de que vacina se trata, e esse conhecimento prévio justifica o uso do artigo definido.

No caso dos antropônimos, precedidos de artigo definido ou não, sugerem uma fala anterior sobre os entes sociais marcados por suas práticas sociais que, neste caso, são geralmente excludentes. Isso nos garante que a investigação tem inclusive respaldo gramatical, já que o uso do artigo manifesta uma referência anterior, um conhecimento partilhado. Um cidadão de comportamento padrão sob o ponto de vista da comunidade de que faz parte não é tão bem definido, porque *não está bem identificado pela comunidade de prática*.

### 3.2 GRAMÁTICA INTERNALIZADA: sobre o que é formalmente categórico para o artigo na base gerativista da variação

Este item da dissertação, que ora nos propomos a produzir, vem da necessidade de compreender qual a gramática que nos dá acesso, da forma mais plena, às regras linguísticas categóricas, para melhor transitarmos no entendimento da variação linguística, dos conceitos de regra, de norma e de movimento nas possibilidades de uso, para o falante poder lidar melhor com suas escolhas e se apropriar de um estilo com marcas dos dizeres de sua comunidade de prática, neste caso, os jornalistas dos jornais de Caxias da primeira metade do século XX.

Julgamos, então, imprescindível reconhecer, textualmente, o quão é necessário e o quanto continuará sendo ao pesquisador transitar entre gramáticas para lidar com as variantes e sair da visão reducionista do erro como desvio da norma culta. Acreditamos que este seja um caminho de liberdade para a construção de um estilo.

Para fazer um contraponto com as variantes e as variáveis, neste caso presença/ausência do artigo, faremos menção à gramática gerativa, para interpretar as variantes, dentro do critério aceitabilidade. Já que o objeto de análise é o *artigo*, selecionamos a estrutura do sintagma nominal (SN) para entender por que o artigo sempre se localiza na estrutura antes do nome. Esse fato revela uma regra categórica que entendemos pela compreensão da estrutura profunda.

Considerando a sintaxe, segundo Perini (2019, pp. 105-106), há uma hierarquia sintática não só entre os constituintes, mas entre os lugares que os termos ocupam na organização sintagmática. Como o artigo sempre está na constituição de um sintagma nominal, selecionamos este ambiente linguístico para ver o que há de categórico no lugar que ele ocupa e o que nesse lugar, como lacuna, há sentido. Ou seja: dizer que o artigo vem antes do nome é uma regra categórica, sem negociação para o falante; usar ou não o artigo definido antes do

nome é uma possibilidade que se dá à escolha do falante quanto à presença ou à ausência da referida classe de palavra nos textos jornalísticos.

Para continuar esta discussão, abordaremos ainda os conceitos de gramaticalidade e aceitabilidade (PERINI, 1979, pp. 30-35) e a estrutura do sintagma nominal nos níveis hierárquicos 1, 2 e 3, para analisar o espaço categórico ocupado pelo artigo no sistema linguístico.

Como trataremos do artigo definido antes de antropônimos, levando em consideração a presença ou a ausência dessa classe gramatical, pensamos que a noção de gramaticalidade precisa ser abordada em sua relação não condicionada, necessariamente, à aceitabilidade. Para Perini (1979, p. 32), “aceitabilidade é um fenômeno, essencialmente, intuitivo”. Já a gramaticalidade é necessariamente gramatical. A busca de um linguista é relacionar a aceitabilidade à gramaticalidade. Dessa relação, as possibilidades não param de se multiplicar.

Estamos considerando espaço categórico os traços linguísticos inerentes à língua que o falante realiza, sem alterar as exigências sistemáticas. É o que está nas origens estruturais fundadoras de um enunciado. Chomsky (1965, p. 9) refere-se à “base para o uso real da língua pelo falante-ouvinte”. Uma interjeição “ai” desce a essas bases e encontra, por exemplo, a estrutura “está doendo”, se for esse o contexto.

Consideramos categóricas as regras inalteráveis. As relações sociais, por exemplo, alteram o uso, o desempenho. Jamais a competência. É nesse sentido que estamos buscando, para o artigo, as explicações para o que é inalterável. E essas explicações têm como referencial a gramática gerativa, que traz o nascedouro da fluência dos espaços linguísticos designados não para aquelas palavras fixas, mas para tantas quantas passam a assumir uma categoria gramatical independente de quem seja, a partir desses espaços.

Existem razões gramaticais para o fato de ser possível o “o” não estar na categoria de artigo, ou seja, ao dizer – O “o” pode ser um artigo definido – existem motivos categóricas para se declarar que há aí um substantivo.

Para isso, achamos por bem apresentar, pelo viés da gramática gerativa de Chomsky (1965) e Perini (1979; 2019), as noções fundamentais para pensar o espaço sistemático do artigo definido, sem ainda considerar o antropônimo.

Escolhemos abaixo uma estrutura aleatória:

Os alunos do PGLetras escrevem dissertação de mestrado, porque é o resultado final do curso de Mestrado em Letras.

Temos uma estrutura complexa, um período composto, por 2 orações, 2 fragmentos de frase. (GARCIA, 2010).

Essa frase complexa se constitui de:

- a) Os alunos do PGLetras escrevem dissertação de mestrado. [Frase simples, Período simples, oração absoluta].
- b) A dissertação de mestrado é o resultado final do curso de Mestrado em Letras. [Frase simples, Período simples, oração absoluta]

As duas frases simples acima são passíveis de subdivisão. Cada uma tem seus constituintes com características próprias e espaço específico que recebem o nome de Sintagma. (PERINI, 1979, p. 42). Nesta fase da pesquisa, estamos analisando fatos formais e, em consequência, espaços formais. Perini (2019, p. 41) classifica esses fatos a partir dos espaços. E é a partir do espaço formal que se pode pensar no que é categórico. Por isso, o “o” pode estar classificado como substantivo, caso ele ocupe o lugar próprio do nome. Os fatos semânticos já são interpretáveis pelos seus efeitos e os simbólicos aqueles que manifestam a entidade que pratica a ação.

Como estamos contornando o artigo definido para ser localizado em diferentes espaços, este é o momento de entender o que é categórico para o artigo, qual o espaço formal que é para ele na estrutura do jogo linguístico, para podermos continuar problematizando o seu uso antes do antropônimo.

Então: descrever o lugar do artigo dentro dos sintagmas é uma atitude formal; levar em consideração quem pratica essa ação, uma atitude simbólica; e interpretar os efeitos disso, uma atitude semântica. A análise sintagmática favorece a localização do espaço formal do artigo. E esse espaço é categórico. É nesta fase que a pesquisa se ancora, para tratar do artigo sob o ponto de vista sistemático, ou seja, categórico, ou seja formal.

Realizando esse percurso nos dados, exemplificamos:

Filomena Oliveira, científica ao respeitavel corpo commercial desta praça, que encarrega-se de compra e venda de generos de produção do Estado; embarque e desembarque nas linhas terreas, e fluvial, cobranças dentro ou fora da Cidade, mediante contractos. Para informações, a tratar com o annunciante em sua residência, Rua de Santa Luzia. Caxias, 9 de Fevereiro de 1917. Caxias, 27 de janeiro de 1917. Anno I, nº 13, p. 7.

Interessa-nos do dado acima, anúncio de jornal de Caxias, a primeira frase que é complexa, período composto por duas orações, uma é a principal e a outra é uma oração subordinada substantiva objetiva direta. (1) “Filomena Oliveira scientifica ao respeitavel corpo commercial desta praça, (2) que encarrega-se de compra e venda de generos de produção do Estado; embarque e desembarque nas linhas terreas, e fluvial, cobranças dentro ou fora da Cidade, mediante contractos.[...]”

Cada uma dessas orações (frases e períodos simples) são passíveis de análise sintagmática. Como o que está em questão não é exclusivamente o artigo, mas o artigo definido antes de antropônimos, observaremos apenas a primeira oração: Filomena Oliveira, scientifica ao respeitavel corpo comercial desta praça, (algo).

A princípio, segmentamos a frase simples em dois constituintes: o sintagma nominal e o sintagma verbal. Afirmamos, conforme orienta Perini (1979; 2019), que cada sintagma é um constituinte da oração e, também, que cada um possui suas possibilidades estruturais específicas. O sintagma que interessa para esta pesquisa é o nominal, esteja ele na posição de constituinte imediato ( $SN^1$ ); esteja ele na constituição de constituinte não imediato ( $SN^2$ ); ou esteja ele na constituição do sintagma preposicional ( $SN^3$ ).

Em (1), “Filomena Oliveira scientifica ao respeitavel corpo commercial desta praça (algo), os dois constituintes imediatos são:  $SN^1 =$  “Filomena Oliveira e  $SV =$  scientifica ao respeitavel corpo commercial desta praça (algo). Descrevendo o  $SN^1$ , dizemos que o sintagma nominal se constitui por nome, ou seja,  $SN^1 = N$ . Como existem outras possibilidades, já detectamos que nesta, especificamente, há ausência de artigo.

Descrevendo o exemplo seguinte, retirado de: Que o Theodorico, voltando á sua antiga profissão, está disposto á vender barricas seccas pelo custo da factura[...], encontramos outra possibilidade para o sintagma nominal. Exemplo: [...] o Theodorico está disposto á vender barricas seccas pelo custo da factura... em que  $SN^1 = DET+N$ , isto é,  $SN^1 = Art.+N$ .

Desconstruindo o exemplo: COISAS COM QUE ME EMBERRO... Com o Manoel Joaquim, porque se zangou com o binoculo e porque só vai a bailes com um terno de cor de uma pepira..., encontramos:

- 1) Eu me emberro com o Manoel Joaquim.
- 2) O Manoel Joaquim se zangou com o binoculo.
- 3) O Manoel Joaquim só vai a bailes com um terno de cor de uma pepira.

Segmentando o segmento, Eu/ me emberro com o Manoel Joaquim., encontramos dois constituintes imediatos:  $SN^1 = Pro$  e  $SV = V + S.Pre$ . Ocorre que todo  $Sprep.$  se constitui de preposição +  $SN$ , este que assume todas as possibilidades próprias tanto do  $SN^1$ , quanto do  $SN^2$ . No exemplo em pauta, com o Manoel é um  $Sprep.$ , constituído de preposição mais  $SN^3$  que é formado por  $DET + N$ , ou seja,  $Sprep. = prep. + SN^3 = Det (Art.) + N$ .

Colocaremos abaixo algumas possibilidades de espacialização formal do sintagma nominal segundo a gramaticalidade da língua portuguesa. São espaços possíveis para o antropônimo, sintagma nominal, Manoel Joaquim:

- 1) O Manoel Joaquim me ofendeu. ( $SN^1$ )
- 2) Eu ofendi o Manoel Joaquim. ( $SN^2$ )
- 3) Eu me ofendi com o Manoel Joaquim. ( $SN^3$ )

Nos três casos a descrição do  $SN$  é a mesma ( $Det + N$ ), entretanto ocupando espaços formais diferentes. São as seguintes as outras possibilidades do  $SN$ , segundo Chomsky (1965) e Perini (1979 e 2019):  $SN = N$  ou a  $Det + N$  ou a  $Det+Det+N$  ou de  $Det+ N + Sprep$  ou  $Det+Det+ Sprep+Sprep$  ou  $Det + N + Adj$  somando que o determinante pode ser um pronome adjetivo qualquer que seja ou um artigo, ou um numeral qualquer que seja.

Observamos que em nenhuma dessas possibilidades, nem de outras, é possível descrever um sintagma nominal com o artigo determinante depois do nome. Esta é uma informação importante para esta pesquisa, incluindo a presença ou a ausência do artigo como em O Manoel ... e (XX) Filomena, nos dados apresentados. Este é, pois, o espaço formal do artigo: antes do nome – na constituição do sintagma nominal. E isso é categórico.

O espaço simbólico e o semântico estarão na análise dos resultados desta pesquisa, porque dizem respeito ao modo como os jornalistas dos jornais de Caxias usavam os artigos antes de antropônimos e aos efeitos que aquele modo de usar produzem para esta pesquisa.

### 3.3 GRAMÁTICA DESCRITIVA: sobre as variáveis do uso do artigo definido para uma sustentação teórica da pesquisa

O artigo definido, como objeto de descrição e análise para esta pesquisa, está sendo observado sob diferentes focos gramaticais e teóricos, pelos quais estamos transitando para interpretar, sob uma perspectiva social, seu uso nos jornais de Caxias da primeira metade do século XX.

Passamos pela gramática normativa: Rocha Lima (2011); Cegalla (1981) e Cunha (1975) para ver o que é prescrito para essa classe gramatical; entramos na gramática gerativa (CHOMSKY, 1965; PERINI, 1979; 2019), para entendermos o espaço formal onde o artigo se localiza na estrutura, tendo em vista que estamos investigando a presença e/ou a ausência do artigo antes de antropônimos e também porque é neste espaço da sintaxe que essa ocorrência fará sentido como indício de sentido quanto ao referente que é definido por uma marca social compartilhada pela comunidade de prática, que a manifesta por meio de um estilo de dizer, marcado, por sua vez, pela presença ou ausência do artigo.

Fica, como registro dessas incursões anteriores (item 2.2), o fato de a gramática normativa ser bem sucinta ao tratar dessa classe gramatical, o que sinaliza para o fato de que o viés social dos modos de dizer está no processo em que o texto acontece e muito mais no efeito de sentido que resulta das interpretações. E registramos também, como elemento que circunda essa classe gramatical, que, categoricamente, o lugar do artigo será sempre no sintagma nominal, independente do espaço formal que o sintagma nominal ocupar na estrutura.

Levando em consideração que o artigo ocupa, na estrutura, um lugar que antecede o nome, neste caso o antropônimo, e que ele pode estar ou não ocupando esse lugar, passamos a tomar essas duas possibilidades como variantes na língua portuguesa, uma negociação possível, mas não aleatória; uma escolha que não é neutra, mas carregada de historicidade e de ideologia. Antes de entrar nessa seara da interpretação dos usos, definimos então que, neste momento, a gramática descritiva assume o centro das reflexões, sem deixar de dialogar até o final da descrição e análise dos dados, com as outras gramáticas.

A interpretação dos fatos linguísticos desta pesquisa se sustenta na teoria da variação e mudança de Labov, que considera a heterogeneidade da língua com base no princípio da variação. Existem diversos tipos de variação linguística. E a variação é sistemática. Por isso, é preciso esclarecer que há as *normas categóricas* e as *normas variantes*. As primeiras são inegociáveis para o falante; já as variáveis se submetem à escolha do falante que não é aleatória, ou seja, também correspondem às exigências do sistema. Existem os fatores linguísticos e os sociais. Por isso, acreditamos que uma única gramática da língua não é suficiente para que o falante transite nas diferentes possibilidades (TARALLO, 2007).

É importante distinguir variação, variável e variantes. Variação é um princípio linguístico que explica que, diante das “regras variáveis”, o falante pode fazer escolhas e, diante das regras categóricas, não. É o fenômeno da alternância de usos de uma mesma categoria gramatical que é da natureza social das línguas.

Há fatos linguísticos que concorrem entre si e outros que não, porque dizem respeito a princípios categóricos. Explicando melhor, essa possibilidade de escolha é, em grande medida, social ou determinada por fatores externos. As categóricas se impõem ao falante por determinações internas à língua. Usar ou não o artigo definido antes de antropônimos é uma variável, porque se dá à escolha do falante. Cada uma dessas possibilidades é uma variante. Já colocar o artigo antes do substantivo é uma imposição sistemática, sem concessão ao falante de colocá-lo depois do nome. As regras categóricas não se dão à análise variacionista. Mesmo assim, obedecendo às regras categóricas no uso do artigo, explicadas na constituição dos sintagmas, há regras variáveis diante de antropônimos.

Esta pesquisa, então, está situada na sociolinguística variacionista, porque se apoia no princípio da variação, analisa a variável no uso do artigo e interpreta as variantes, presença/ausência do artigo definido antes de antropônimo, em textos jornalísticos da Caxias da primeira metade do século XX. Entendemos variação na distinção entre *variável* e *variantes*. O uso ou não do artigo antes de antropônimos é uma variante dessa variável linguística (presença/ausência do artigo). A *variável* é um aspecto ou categoria da língua que se encontra em variação e as *variantes* são as formas particulares marcadas no uso real, produto da escolha do falante.

Nesta investigação, a variável é o artigo definido antes de antropônimos. A presença e ausência é a variante. O que se analisa é o processo de variação desse uso ou não-uso do artigo antes de antropônimos. Esta pesquisa tem, pois, fundamentos sociolinguísticos porque interpreta socialmente os usos linguísticos do artigo.

Entretanto, localiza-se na terceira onda da sociolinguística variacionista proposta por Eckert (2000, 2003, 2005 e 2012) que avança no campo da variação sociolinguística, acrescentando o significado social do estilo. A variação determina um estilo. Esse estilo é determinado por pressões sociais. Por isso, esta perspectiva considera o perfil do falante, tendo em vista suas atividades como uma comunidade de prática. Além de fazer um recorte na comunidade de fala para uma dimensão bem menor, vai além dos critérios linguísticos para interpretá-la, porque assim a considera, por se tratar de um grupo que tem outros perfis para a relação entre língua, identidade e sociedade, tais como a atividade que desempenha, os interesses, a visão de mundo que compartilha, bem determinantes dos usos a serem interpretados. Estamos considerando os jornalistas dos jornais de Caxias, do período de recorte da presente pesquisa, uma comunidade de prática.

Para explicar melhor a terceira onda, traçamos, de forma breve, uma linha de unidade à segunda e à primeira: as três levam em consideração a variação como objeto de análise sociolinguística, mas partem do que há de amplo de uma comunidade de fala, as questões sociolinguísticas mais abrangentes, ao que chega a um recorte mais específico de uma comunidade de fala, a comunidade de prática, que considera a variação como estilo. Para Meyerhoff (2006, p. 530), comunidade de prática é “um conjunto de indivíduos negociando e aprendendo práticas que contribuem para a satisfação de um objetivo comum.”

Nesse sentido, os jornalistas dos jornais de Caxias, da primeira metade do século XX, formam uma comunidade de prática e escrevem com um estilo próprio do que realizam, sujeito a interpretações sociais, porque as variantes linguísticas sinalizam para a significação social e por isso estão sendo aqui interpretadas.

Situando com maior clareza o núcleo teórico desta pesquisa, consideramos necessário dizer que, para Possenti (1996), a gramática descritiva é “o conjunto de regras *que são seguidas*” (grifo nosso). Por meio dessa gramática existe o trabalho dos linguistas, “cuja preocupação é *descrever e/ou explicar* as línguas tais como elas são faladas” (POSSENTI, p. 64, 1996) (grifo nosso). A gramática normativa trata do que se espera do falante e a descritiva lida, concretamente, com os usos do falante a partir do que ele sabe sobre a língua, por meio da gramática internalizada. E essas gramáticas coexistem dentro de um mesmo cenário: o falante é confrontado socialmente pelas normas de prestígio, pelo que todo falante sabe de sua língua e pelo que ele fala concretamente dentro de uma comunidade.

É nesse sentido que, neste momento da pesquisa, nos propomos a articular esses três vieses, observando o que se espera do falante quando ele emprega o artigo, o que ele manifesta saber sobre a língua e como acontece o uso do artigo em situações concretas de uso.

Dentro dessa perspectiva, para o que a pesquisa discute do uso do artigo definido antes de antropônimos, dá-se os anúncios comerciais, as crônicas e notícia nos jornais de Caxias, daquele período, como situação concreta. Isso é prática de gramática descritiva que trabalha com a variável artigo definido antes de antropônimos, tomando como variantes a concorrência entre a presença ou a ausência do artigo nesse espaço formal específico.

Para iniciar esta discussão de uso concreto, precisamos lançar mão da teoria da variação e mudança linguística (LABOV, 2008) e seus desdobramentos (ECKERT, 2000), a partir de um arcabouço que nos possibilitou, partindo dos fundamentos estruturais, interpretar a dimensão interna da variação como fenômeno que sofre a interferência da dimensão externa,

ou seja, social. Pensamos assim, porque a descrição linguística que considera a língua em sua heterogeneidade, fundamenta-se no fenômeno da variação.

Afirmamos pela teoria laboviana que a língua é um sistema heterogêneo com variação e com estruturas heterogêneas, implicando reafirmar que a heterogeneidade inclui possibilidades internas asseguradas por regras categóricas e inegociáveis para o falante (LABOV, 2008).

Ou seja, pensando a gramática descritiva pelo fenômeno da heterogeneidade sistemática, precisamos organizar fenômenos sociolinguísticos tal como variedade (LABOV, 2008) que corresponde a cada um dos falares de uma língua. A variação, por sua vez, com sua gama de significado social, é feita de variáveis, que são as alternativas de uso cujas escolhas não são neutras, nem aleatórias.

Significa que cada variável encontra um lugar na gramática onde se dá a variação e é uma forma individual concorrente diante de uma valoração e de um significado social. Essa valoração pode ser caracterizada por padrão – de prestígio, conservadora; e não-padrão – estigmatizadas ou inovadoras (LABOV, 2008).

Importante dizer que é o espaço social que determina como se dará essa valoração. Esse espaço pode ser uma *comunidade de fala*. Para esse autor, comunidade de fala é um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua (LABOV, 2008, p. 188). Outro espaço de manifestação sociolinguística são as Redes Sociais (MEYERHOFF, 2006). Entretanto, interessa-nos para esta pesquisa a comunidade de prática (MEYERHOFF, 2006; ECKERT, 2000). Comunidade de prática é um “[...] conjunto de indivíduos negociando e aprendendo práticas que contribuem para a satisfação de um objetivo comum.” (MEYERHOFF: 2006, p. 530)

Outra consideração fundamental para esta pesquisa é sobre os níveis de variação linguística que, dentro da teoria laboviana, se constroem a partir das dimensões interna e externa.

A dimensão interna pode ser lexical, fonológica, morfofonológica, morfológica, morfossintática, sintática, discursiva (COELHO et al, 2010). Importante situar esta pesquisa na interpretação da dimensão sintática, já que trata do lugar formal do artigo no sintagma nominal.

Para Coelho et al. (2010, p. 61),

Os estudos que articulam dois quadros teóricos aparentemente conflitantes – de um lado, os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança e, de outro lado, os

pressupostos da teoria Gerativa – foram inaugurados na década de 80 por Fernando Tarallo e Mary Cato, com trabalhos sobre o preenchimento do sujeito pronominal, a ordem do sujeito em relação ao verbo, a posição do clítico, o objeto nulo, as diferentes estratégias de relativização, entre outros. Muitos desses trabalhos apontam para o século XIX como um marco no processo de implementação de mudanças sintáticas que distanciam, significativamente, a sintaxe do português contemporâneo d’aquém e d’além-mar.

A análise e interpretação social do uso do artigo definido antes de antropônimos está localizada, nesta pesquisa, na dimensão interna – sintaxe – o que nos levou a encontrá-lo no sintagma nominal, categoria do gerativismo (PERINI, 1979; 2019). Entretanto, não se trata de uma questão de mudança, mas de variação, marcada pela variável uso do artigo antes de antropônimos, com as alternativas não aleatórias – presença ou ausência, possibilidades concorrentes, cada qual sendo, no uso concreto, uma variante. É uma pesquisa de interpretação sociolinguística de base gerativista. Nesse sentido, analisa o uso do artigo definido pela comunidade de jornalistas dos jornais de Caxias – MA, do período aqui demarcado.

Como é uma investigação de cunho sociolinguístico, não podemos desconsiderar a dimensão externa da variação, tendo em vista que, a linguagem, sendo um fenômeno social, (LABOV, 2008), sofre interferência regional ou diatópica; social ou diastrática, estilística ou diafásica; diamésica ou própria da relação fala/escrita.

Situamos esta pesquisa na dimensão externa estilística ou diafásica, tendo em vista que a análise considera o uso do artigo pelos jornalistas, quando estão se referindo a alguém da comunidade. Sobre esta variação, Coelho et al (2010, pp. 82-83) diz o seguinte: “O que está em jogo aí são os diferentes ‘papéis sociais’ que as pessoas desempenham”. Essa afirmativa sinaliza para esta pesquisa que o fato de serem jornalistas e de um mesmo lugar é significativo para a análise. Além disso, vale ressaltar que

Os papéis representam tipos de relações que ocorrem entre o locutor e o interlocutor (as chamadas relações de poder e solidariedade), o contexto ou domínio social (se a comunicação ocorre na escola, no trabalho, na casa, na igreja, na vizinhança etc.) e até mesmo o assunto sobre o que se conversa. Esses são fatores que determinam a variação estilística – uma questão de adequação ao contexto em que ocorre a comunicação. (COELHO et al. 2010, p. 82)

Destacamos da citação acima “o assunto sobre o qual se conversa” para entender o porquê a variável presença/ausência do artigo antes do antropônimo é um tipo de variação estilística. É porque a variante depende da pessoa de quem trata a matéria ou anúncio dos jornais de Caxias: se de pessoa socialmente valorizada ou se de pessoa socialmente marcada por algum tipo de mazela física, social ou moral. Para isso, estamos usando as categorias de análise qualificada e desqualificada, respectivamente.

Não é um tipo de variação social, porque não é preocupação desta pesquisa refletir sobre as diferentes características sociais dos falantes, ou seja, dos jornalistas, mas entender por que eles escolheram usar e não usar o artigo definido antes de antropônimos. A condição social não é dos jornalistas, mas da pessoa a quem eles se referem no contexto do jornal.

#### **4 O ESTILO NA SOCIOLÍNGUÍSTICA: uma orientação para a análise da variação externa**

A teoria sociolinguística surge nos anos 60 do século XX, tendo em Labov seu principal precursor por ter lançado as bases da Sociolinguística Variacionista, objetivando olhar para as mudanças linguísticas pelo fato da língua ser determinada socialmente. Surge daí os fenômenos da variação e mudança linguísticas que propõem um novo olhar sobre a estrutura da língua.

Estudar a língua considerando a perspectiva social apresenta um novo cenário que vai para além da análise do sistema pelo sistema em si e permite avançar numa diversidade de realidades que comprovam o caráter dinâmico e mutável de qualquer língua, em que a observação de determinado grupo de indivíduos, interagindo linguisticamente em determinado contexto social, pode apresentar variações linguísticas que não necessariamente sejam encontradas em outros grupos e contextos sociais, mas que fazem parte da realidade linguística de um país.

Coelho et al. (2010, p. 22) apontam que, na abordagem proposta por Labov, o ponto fundamental é a presença do componente social na análise linguística. Inicialmente, a sociolinguística se ocupou da relação entre língua e sociedade e do estudo da estrutura e evolução da linguagem dentro do contexto social da comunidade de fala.

A variação é uma realidade linguística de qualquer língua, pois, ao olharmos para a realização de cada falante ou grupo de falantes, não se pode prever e esperar que este desempenho gire em torno da ideia de certo ou errado, conforme encontramos na gramática normativa, nas construções de cada falante ou do que é linguisticamente característico em determinado grupo de falantes, mas de perceber que a variação é uma propriedade regular do sistema.

Ao longo dos anos, nos estudos sociolinguísticos, houve uma tendência em realizar pesquisas com foco na análise de fatores estruturais e sociais da língua, em detrimento do fator estilo. Segundo Veloso (2014, p. 2), “apesar de ter se revelado como um fator determinante nas análises sociolinguísticas iniciais, o estilo foi praticamente excluído das pesquisas posteriores aos primeiros estudos realizados por Labov.”

Inicialmente, os linguistas sabiam dos problemas existentes na variação estilística e preferiram deixar essas variantes estilísticas de lado. Essa situação não estava relacionada ao

fato de que as variantes eram menos importantes dentro das pesquisas realizadas, mas sim pela inadequação e insuficiência das técnicas linguísticas para lidar com elas.

“A análise estrutural é normalmente a abstração daquelas unidades funcionais invariantes da língua, cuja ocorrência pode ser predita por uma regra. Uma vez que a influência do condicionamento estilístico sobre o comportamento linguístico é considerada meramente estatística, ela leva a afirmações de probabilidade mais do que regra e é, portanto, desinteressante para muitos linguistas.” (LABOV, 2008, p. 92)

Para Labov (2008), a variação regular em estilos e contextos diferentes encontrava problemas em controlar o contexto e definir os estilos de fala que ocorriam dentro de cada contexto para que essa hipótese de variação regular pudesse ser testada. Percebemos que a grande questão da análise do estilo em Labov era observar variantes estilísticas em contextos distintos, ou seja, onde a comparação de desempenho de um grande número de falantes era determinante para a análise de determinada comunidade de fala.

Esse cenário começa a ser modificado a partir do início do século XXI pelas reflexões de Eckert (2000) e a apresentação de sua proposta sobre o estudo da variação estilística.

O significado da variação está em seu papel na construção de estilos, e o que estou propondo aqui é um estudo do papel da variação na prática estilística. Esta envolve não apenas colocar variáveis em estilos, mas entender esse posicionamento como parte integrante da construção do sentido social. Isso tem várias implicações para a nossa visão da variação. Primeiro, as variáveis não vêm em um estilo com um significado fixo específico, mas assume tal significado no processo de construção do estilo. Isso leva ao segundo ponto, esse estilo (como a linguagem) não é uma coisa, mas uma prática. É a atividade em que as pessoas criam significado social, visto que o estilo é a manifestação visível do significado social. E, visto que o significado social não é estático, os estilos também não. A prática estilística envolve um processo de bricolagem, pelo qual as pessoas combinam uma gama de recursos existentes para construir novos significados ou novas torções em antigos significados. (ECKERT, 2003, p. 43)

Em Eckert, temos reflexões sobre por que o campo da variação sociolinguística ainda não tinha desenvolvido uma teoria coerente do significado social das variáveis por uma teoria coerente do estilo. A sua proposta, identificada com a terceira onda de estudos da variação, sustenta uma visão da variação que se inicia com a questão do estilo e do significado social, para examinar a variação como prática estilística. Assim, as pesquisas sociolinguísticas da terceira onda vão buscar entender a variação considerando os papéis e as atividades que o indivíduo desempenha nas relações sociais, no âmbito das comunidades de prática, procurando analisar o estilo como um fator que contribui efetivamente para o significado social da variação.

É em Eckert (2005, 2012) que encontramos os estudos sociolinguísticos divididos em três ondas de análise, em que a primeira onda foi fundamental pra os estudos da variação linguística de Labov, com ênfase nas comunidades de fala que propiciaram pesquisas

sociolinguísticas nos mais variados lugares do mundo; a segunda onda se caracteriza por pesquisas de cunho etnográfico, que fornecem um retrato local das variáveis linguísticas a partir da análise de comunidades menores; a terceira e mais recente onda tem o foco nos padrões de variação presentes nos indivíduos inseridos em comunidades de prática, sendo estas “o lócus primordial da construção estilística” (ECKERT, 2003, p. 44).

A presente pesquisa analisa o estilo da comunidade de prática dos jornalistas dos jornais de Caxias da primeira metade do século XX, evidenciando o uso do artigo diante de antropônimos como marca de exclusão social desta comunidade que ora desqualifica (com a presença do artigo) ou ora qualifica (com a ausência do artigo) os sujeitos dos textos jornalísticos e demais informações nos dados dos jornais aqui selecionados.

## **5 SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL COMO CATEGORIA SOCIAL DE ANÁLISE: por um ponto de vista interpretativo do uso do artigo definido**

A exclusão que tem sua raiz na desigualdade parece ser inerente a qualquer sociedade, tradicional ou moderna, hierárquica ou democrática, feudal ou capitalista. Revela como é realizada a distribuição de riquezas em um determinado contexto histórico-social e, por sua vez, possibilita identificar os valores sociais que orientam essa distribuição. (SCOREL, 1999, p. 24). E isso parece uma questão que não se resolve, porque é produto da ação dos homens em sociedade e, portanto, não é constituinte da esfera privada, muito menos do âmbito da personalidade individual; é uma categoria da esfera pública que se reflete nos espaços a serem ocupados, nas diferenças de oportunidades, nos juízos de valor, nas oportunidades sociais e na linguagem. A língua dá seus sinais que chamamos marcas linguísticas, e é a interpretação social dessas marcas que movimenta o interesse desta pesquisa.

As modalidades e os mecanismos mediante os quais são distribuídos bens e recursos escassos estruturam a sociedade, atribuindo posições diferenciadas relativas aos indivíduos e grupos quanto ao acesso aos bens, e também quanto a uma escala de valores mediante esses lugares sociais que são, linguisticamente, investigados nos modos de dizer.

Esses modos de dizer, que podem ser excludentes, designam toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade, podendo ser considerada como uma categoria que possibilite compreender e analisar a pobreza urbana.

Discutimos os usos linguísticos sob a categoria da exclusão como desvio do que há de comum no tocante ao preconceito linguístico por três motivos: primeiro porque é um problema já amplamente debatido na academia. Segundo porque o preconceito analisa como o falante, principalmente os das camadas menos favorecidas, são discriminados pelo que falam fora dos padrões da norma culta. Terceiro porque o que pretendemos analisar é como um falante é discriminado na fala de outro falante, não pelo que diz, mas pelo modo como diz. Por isso, selecionamos o uso do artigo antes de nomes próprios como marca linguística: uma variante que nos possibilita analisar as variáveis que, na relação com o *contexto*, são socialmente interpretáveis.

Considerando o uso do artigo definido antes de antropônimos, em textos jornalísticos da Caxias da primeira metade do século XX, é possível afirmar que o cidadão – fora do vínculo com a alta sociedade caxiense – pode desconsiderar, também linguisticamente, o outro pelo espaço que ocupa na morfossintaxe do dizer que a ele se refere.

Decidimos, então, categorizar a questão para descrever e analisar os dados a partir da sustentação da categoria de exclusão, cujo termo remete ao “título do livro *Les Exclus: um français sur dix*, de René Lenoir, publicado em 1974”, conforme Escorel (1999, p. 30).

A referida autora trata das três dimensões essenciais do processo de estratificação: a riqueza, o prestígio e o poder. (1999, p. 4). Diz ainda que “as classes sociais são estabelecidas a partir de um sistema de relações distribuídas em uma escala de acesso às riquezas e de valores (não-unívocas) que lhes atribui determinadas posições sociais”. Para a mesma autora (1999, p. 17), essa desigualdade mantém “dois traços permanentes: a naturalização e a estigmatização da pobreza”. Pensamos que a naturalização desse estigma de inferioridade excludente, quando passa a ser uma ideologia hegemônica, coexiste no estilo de dizer não dos excluídos, mas sobre eles. Essa categoria foi tratada por diversos teóricos, inclusive por Foucault (1998), mas, aqui, vamos considerar o que discute Escorel (1999), porque julgamos que precisamos tratar a categoria de análise com uma referência explicativa dos achados linguísticos.

Trabalharemos a partir dos axiomas da exclusão propostos por Didier (1996, op.cit. p. 44). São os seguintes: “... um mundo comum está partido em dois”; (...) “esses dois grupos diferentes são ligados por um elo muito frágil”; (...) “o corte em dois mundos é feito pelo locutor da exclusão”; (...) “a exclusão condena o estado do mundo que permite pronunciar seu nome”, (...) “o discurso da exclusão não designa atores responsáveis pela situação”. Entretanto, a exclusão, apesar de ter uma axiomática, ainda não chegou à categoria de conceito. Segundo Escorel (1999, p. 44), “a noção ‘exclusão social’ tornou-se uma categoria cognitiva”, por falta de consenso, continuando a ser usada sempre com relação aos direitos sociais e à violência.

A partir da exclusão como categoria cognitiva, selecionamos duas subcategorias de análise: a qualificação e a desqualificação, esta última, sendo a que ‘desqualifica, porque “lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito, de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o diferenciam e o identificam”. (ESCOREL, 1999, p. 60). É nesse sentido que esta investigação procura, num estilo sociolinguístico de falar do outro, o que há de excludente por meio da variação, sendo o uso do artigo uma variável a ser considerada na interpretação dos dados.

Em síntese, para interpretar a presença ou a ausência do artigo antes de antropônimos em jornais de Caxias, buscamos realizar uma pesquisa sociolinguística, da comunidade de prática *jornalistas dos jornais de Caxias da primeira metade do século XX*, pelo viés da **variação interna** sintática, de base gerativista, e **externa, de base estilística**, para interpretar a variável presença/ausência do artigo antes de antropônimo, sob as subcategorias

qualificação /desqualificação e das categorias exclusão/inclusão. Para maior clareza dessa articulação, apresentaremos a seguir o arcabouço esquemático da pesquisa.



## 7 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objeto de investigação o uso do artigo definido antes de antropônimos em textos jornalísticos da Caxias da primeira metade século XX, não sob a perspectiva do que prescreve a gramática normativa sobre o emprego do artigo definido, considerando esse emprego certo ou errado de acordo com as regras gramaticas, mas sim sob a perspectiva sociolinguística, do uso linguístico real do artigo por uma comunidade de prática, no caso os jornalistas de Caxias. Sob a hipótese de que o estilo dos jornalistas pode apresentar marcas da exclusão social na sociedade daquela época.

A presente pesquisa é de caráter qualitativo e não tem o intuito de analisar o emprego do artigo numa perspectiva normativista da língua, mas de investigar o uso do artigo a partir das relações sociais interpretadas linguisticamente e socioestilisticamente nos dados selecionados, com o olhar voltado para as marcas de exclusão social presentes naquela comunidade de prática. É uma pesquisa de interpretação sociolinguística de base gerativista. Nesse sentido, analisa o uso do artigo definido na comunidade de jornalistas dos jornais de Caxias – MA, no primeira metade do século XX, ancorada na terceira onda da sociolinguística variacionista proposta por Eckert (2000, 2003, 2005 e 2012) que avança no campo da variação sociolinguística, acrescentando o significado social do estilo.

Por isso, selecionamos a categoria cognitiva de análise e as subcategorias descritivas: exclusão – qualificação e desqualificação. Queremos discutir o uso do artigo definido antes de antropônimos, em quatro anúncios comerciais, oito crônicas e uma notícia dos jornais da Caxias da primeira metade do século XX, como marca de uma realidade decadente expressa nos jornais de Caxias.

Neste capítulo, apresentamos os caminhos necessários para que a presente pesquisa conseguisse investigar o uso ou não do artigo definido nos dados dos jornais da Caxias do século XX, como marcas de exclusão social na comunidade de prática analisada, visando a uma interpretação socioestilística dos textos daqueles jornalistas.

### 7.1 O *LOCUS*: a cidade de Caxias

Falar sobre a verdadeira origem de Caxias – MA não é ‘um ponto pacífico’, embora esteja claro que a formação de seu povo se dá pelo Movimento de Entradas e Bandeiras em direção ao interior do Estado, para reconhecimento e ocupação de terras indígenas nos pontos mais altos às margens do Rio Itapecuru, durante a invasão francesa no Maranhão, “destacando-

se o trabalho dos missionários religiosos em busca de almas para o cristianismo”. (COUTINHO, 2005, p. 23)

As aldeias dos índios Timbiras e Gamelas, além de outras centenas de aldeias que conviviam pacificamente com os franceses, foram inicialmente os territórios de origem do local em que hoje se encontra Caxias. Com a expulsão dos franceses em 1615, os portugueses haviam expulsado da região estas aldeias ou reduziram-nas à condição de subjugadas. O nome Aldeias Altas, nome de origem da cidade, é oriundo do conglomerado de aldeias ali existente, onde se destacavam as tribos chamadas Guanaré. Nos primeiros documentos remetidos para Lisboa e Roma, os jesuítas chamavam a localidade de vila de Guanaré (COUTINHO, 2005, p. 26).

Com o domínio português das terras, temos o início da colonização da região, com o estabelecimento de fazendas de gado pelos portugueses e com a religiosidade marcada pela propagação da fé cristã, por meio do trabalho catequético dos padres Jesuítas (COUTINHO, 2005, p. 26).

Com área de 5.196,769 km<sup>2</sup> e uma população estimada em pouco mais de 165 mil habitantes<sup>3</sup>, Caxias está situada na meso-região do leste maranhense e na micro-região do Itapecuru, e está a 365 km da capital do Estado.

A “Princesa dos Sertões Maranhense”, título atribuído em um sermão de D. Manoel Joaquim da Silveira<sup>4</sup> por ser considerada a mais bela entre as cidades do Sertão, surgiu como a maioria das cidades que ficavam à beira de rios por possuírem *pousos e paióis* espalhados ao longo dos vales.

Para Coutinho (2015, p.24), Caxias, que jamais fora fundada, num dia e hora certos, senão que, originada dos *pousos e paióis*, casebres e depósitos construídos por lavradores às margens do rio Itapecuru, e do aglomerado de lavradores e criadores da região, veio a se transformar a partir dos 30 primeiros anos do século XVII, no arraial que foi o núcleo da atual cidade.

Com o crescimento da Vila, principalmente por absorver outras freguesias ao seu território, destacam-se as freguesias de Nossa Senhora da Conceição e São José e a de São

---

<sup>3</sup> Dados encontrados no site do IBGE;

<sup>4</sup> Bispo de São Luís do Maranhão de 1851 a 1861.

Benedito em 1835, temos, em 5 de julho de 1836, a elevação do território à categoria de cidade (COUTINHO, 2005, p.23)

Inicialmente, a região da atual Caxias se prestava largamente ao cultivo do arroz, milho e feijão e, principalmente, o algodão, com pastagem farta e excelente criação de gado. Na época da formação do arraial, que foi se configurando lentamente a partir da chegada dos primeiros colonos, com a vinda dos jesuítas e impulsionada com o trabalho de mercadores na venda e compra de produtos da terra, de 1730 a 1740, primeira década de povoação, a terra boa e fértil daria ao arraial a primazia de ser o grande centro produtor de algodão da Capitania (COUTINHO, 2005, p. 25).

É importante saber, para a interpretação sociolinguística dos dados, como se deu a organização social fundadora da cidade de Caxias, *locus* e contexto geral desta investigação, lugar histórico e geográfico onde foram produzidos os textos dos jornais da época investigada.

Nas origens da fundação de Caxias, aconteceram fatos e articulações políticas que nos dão sustentação para pensar a exclusão social e seus princípios históricos: a expulsão e escravização dos índios da região; a tomada de terras por parte de Portugal com a chegada dos primeiros colonos; a catequização imposta pelos jesuítas; a invasão e tomada de terras de regiões circunvizinhas; a exploração das matérias primas extraídas da região, enfim, o domínio de tudo o que era nativo, por um processo de desqualificação original, possível marca de uma ideologia que, mesmo que negada, dá seus sinais pelo tratamento linguístico próprio da interação social.

## 7.2 DA REALIDADE DE CAXIAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Caxias foi considerada “*Manchester Maranhense*”, porque passou por uma fase cujo cotidiano buscava – na grande narrativa do progresso – um futuro promissor que, no final do século XIX, colocou a cidade em plena industrialização e forjou uma *belle époque* própria da atmosfera que cobria o cenário brasileiro. Com isso, Caxias passou a ser “materialista”, “mercenária”, “embrutecida pelos interesses imediatos da vida concreta, pela busca do lucro, pela fome de riquezas”. (SOUZA, 2016, p. 25). Isso leva também a uma consciência de que era preciso humanizar a cidade, cujo “lado espiritual estava sendo esquecido por completo”. Em 1914, *A Renascença*, jornal que só teve um número,

Acusa a sociedade de Caxias de produzir os criminosos que a atemorizam, lança sobre ela a culpa pela condenação que ela mesma impõe aos jovens delinquentes e criminosos, entendendo como principal causa da violência a falta de educação, de refinamento intelectual e a conseqüente falta de oportunidade na vida que daí decorre. (SOUZA, 2016, p. 26).

Segundo o mesmo pesquisador, (SOUZA, 2016), havia, por parte dos jornalistas, “os operadores da escrita”, “uma acusação contra a elite local”, por priorizarem o lucro, as futilidades e deixarem à margem a formação espiritual (cultural), diretamente ligada ao conhecimento, à instrução.

A decepção com a grande narrativa do progresso provocou uma tentativa de mudar o foco da valorização de Caxias, por meio do discurso intelectualista, ancorado no fato de Caxias, berço de Gonçalves Dias, ser a terra de poetas. Isso provocou uma intensa “produção escriturística” na Caxias dos primeiros 20 anos do século XX, o que justifica a quantidade de jornais levantados como corpus desta pesquisa.

Ainda segundo Souza (2016, p. 37):

[...] No entendimento dos operadores da escrita do Jornal Bello Horizonte, Caxias passava naquele momento por dois tipos de decadência: a) uma decadência cultural-espiritual e moral – provocada pelo apego a valores exclusivamente materiais e, não obstante, b) uma decadência material-econômica que se fazia sentir na ausência de mercadorias e na desvalorização do dinheiro.

Em meio a toda essa realidade, o Brasil entra numa crise identitária e começa a rediscutir a identidade brasileira, o que afeta também os modos de dizer (SOUZA, 2016). É nesse ambiente que foram escritas as crônicas dos acontecimentos cotidianos de Caxias e os anúncios, por um tom irônico primordialmente, mesmo quando o que está dito beira a anedota.

### 7.3 O *CORPUS* DA PESQUISA: dos jornais de Caxias

Para investigar a variação do uso do artigo definido antes de antropônimos, a presente pesquisa utilizará jornais de Caxias publicados entre 1901 a 1950, naquela comunidade de prática. A produção jornalística de Caxias tem seu início ainda no século XIX, no ano de 1883, onde a então Vila de Caxias foi a segunda localidade do estado do Maranhão a produzir jornais impressos, antes disso, apenas São Luís, a capital do Estado, havia publicado jornais impressos em 1821.

Destacamos que a produção jornalística de Caxias nos séculos XIX e XX foi bastante volumosa, apresentamos, abaixo, o quadro de produções jornalísticas do recorte de tempo da presente pesquisa (1901 – 1950):

**Quadro 2** – Produção jornalística de Caxias no período de 1901 a 1950

ITEM	JORNAL	ANO
1.	O Zephyro	1901
2.	O Paiz	1903 -1905
3.	O Janota	1904
4.	Jornal do Commercio	1915/1920/1922 – 1923
5.	O Binóculo	1907
6.	O Parthenon	1908
7.	A Gruta de Lourdes	1908
8.	A Renascença	1914
9.	Bello Horizonte	1915
10.	O Caixeiro	1915-1916
11.	O Bloco	1917
12.	O Astro	1917
13.	Ferro na Braza	1917
14.	O Trabalho	1920
15.	Diário de Caxias	1924
16.	Cruzeiro	1924
17.	O Sabiá	1932
18.	A Voz do Povo	1936
19.	Singular	1937 – 1938
20.	Clarinadas	1937
21.	Cruzeiro	1948 – 1949

Fonte: Autor (2021)

Do total de vinte e um jornais publicados em Caxias, conforme o quadro acima, apenas textos jornalísticos de onze jornais foram utilizados para o levantamento dos dados e constituição do *corpus* da presente pesquisa, sendo este constituído por quatro anúncios comerciais, oito crônicas e uma notícia. Os jornais selecionados por esta pesquisa estão disponíveis no Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite, os quais listamos aqui: *O Zephyro (1901)*, *O Paiz (1903 -1905)*, *O Binóculo (1907)*, *O Caixeiro (1915-1916)*, *O Bloco*

(1917), *Ferro na Braza* (1917), *Diário de Caxias* (1924), *O Sabiá* (1932), *Voz do Povo* (1936), *Singular* (1937 – 1938) e o *Cruzeiro* (1948).

#### 7.4 DESCRIÇÃO DOS DADOS PELA PERSPECTIVA DA DIMENSÃO INTERNA DE BASE GERATIVISTA

Conforme já discutido no referencial teórico desta dissertação, estamos considerando, na dimensão interna, linguística, a sintaxe, sob a descrição de base gerativista, para responder qual o lugar do artigo no eixo linear, da organização sintagmática. E assim procederemos à análise de cada constituindo que contiver artigo definido antes de antropônimo, extraíndo apenas a estrutura base.

<b>EXCERTO 1 - O ZEPHYRO (1901). Caxias (MA), 09 de abril de 1901. Anno I, nº 1, p. 3.</b>
Que <b>o Theodorico</b> , voltando á sua antiga profissão, está disposto á vender barricas seccas pelo custo da factura... Assim pre*o...

**O Theodorico/** está disposto á vender barricas seccas pelo custo da factura...

**SN<sup>1</sup> = [(Det. [Art.] + N [Theodorico])]**

<b>EXCERTO 2 - O ZEPHYRO (1901). Caxias (MA), 4 de junho de 1901. Anno I, nº 5, pp. 2 e 3.</b>
<b>Credo dos Negociantes de Caxias</b> Cremos “ <b>no Zé Pedro</b> ,” todo nosso credor, criador de juro em nossos espinhaços, e no Tribusy, um seu empregado todo privilegiado, e qual veio syndicar dos nossos fundos, subio á Theresina, liquidou a alguns colegas; voltou depois e está hypotecando cazas e querendo limpar nossas prateleiras. Cremos na morte do commercio, na infinita falta de dinheiro, na honestidade que allegamos aos credores e na nossa quebradeira. Amem

Nós cremos “**no Zé Pedro**,” ....

**SV = Vt + SPREP = [Prep. + SN<sup>3</sup> (Det. [Art]) + N [Zé Pedro]]**

**Cremos no Tribusy**

**SV = Vt. + SPREP = [Prep. + SN<sup>3</sup> (Det. [Art]) + N [Tribusy]]**

<b>EXCERTO 3 - O PAIZ (1904 - 1905). Caxias, 14 de fevereiro de 1904. Anno 2, nº 57, p. 2.</b>
<b>Casas a venda</b> Viuva e filhos <b>de João da Cruz</b> estão encarregados da venda das 2 excellentes casas pertencentes á Ex <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> . D. Antônia E. de Souza Miranda Carneiro, sitas á Praça de Gonçalves Dias e rua Aarão Reis. 13 de fevereiro de 1904.

Viuva e filhos **de João da Cruz**...

**SPREP = [Prep. + SN<sup>3</sup> (N [João da Cruz])]**

**EXCERTO 4 - O BINOCULO (1907). Caxias, 21 de julho de 1907. Anno I, nº 7, p. 7**

**COISAS COM QUE ME EMBERRO...**

Com o **Manoel Joaquim**, porque se zangou com o binoculo e porque só vai a bailes com um terno de cor de uma pepira...

**(Eu)/ me emberro com o Manoel Joaquim...**

**SV = Vt. + SPrep. [Prep. + SN<sup>3</sup> (Det. [Art]) + N [Manoel Joaquim]]**

**EXCERTO 5 - O CAIXEIRO (1915 – 1916) Caxias, 17 de janeiro de 1916. Anno I, nº 6, p. 3.**

**CHAPÉOS**

**O João Leitão** acaba de receber um completo sortimento de chapéos de palhinha e feltro, ultimo gosto. Rua 1º de agosto.

**O João Leitão/ acaba...**

**SN<sup>1</sup> = [(Det. [Art]) + N [João Leitão]]**

**EXCERTO 6 - O CAIXEIRO (1915 – 1916) Caxias, 17 de janeiro de 1916. Anno I, nº 6, p. 3.**

**O Garcia**

**O Garcia** resolveu estudar alemão, munindo-se para isso do indispensável. Na primeira lição, sahiu-se perfeitamente. Aprendeu tanto, que ao chegar á casa não podia mais conversar com a mulher: tinha esquecido o portuguez!

Faltavam-lhe, porém, umas coisinhas e voltou para a aula. O professor admirado da capacidade linguistica do alumno, mandou-o pronunciar uma palavra de 136 letras, que elle mas custou lhe caro: engoliu a dentadura.

Desde esse dia **o Garcia** no ouvir qualquer cousa que lhe cheire alemão, tapa os ouvidos, o nariz, fecha os olhos, cerra o queixo e dispara como um louco...

**O Garcia/ resolveu...**

**SN<sup>1</sup> = [(Det. [Art]) + N [Garcia]]**

**EXCERTO 7 - O BLOCO (1917). Caxias, 9 de fevereiro de 1917. Anno I, nº 13, p. 7.**

**A pedidos**

Ao Commercio

**Filomena Oliveira**, científica ao respeitavel corpo commercial desta praça, que encarrega-se de compra e venda de generos de produção do Estado; embarque e desembarque nas linhas terreas, e fluvial, cobranças dentro ou fora da Cidade, mediante contractos. Para informações, a tratar com o annunciante em sua residência, Rua de Santa Luzia. Caxias, 9 de Fevereiro de 1917.

**Filomena Oliveira/, científica ao respeitavel...**

**SN<sup>1</sup> = (N [Filomena Oliveira])**

**EXCERTO 8 – FERRO NA BRAZA (1917). Caxias (MA), 20 de março de 1917. Anno I, nº 9, p. 3**

**Roupa usada**

**O Hugo Bigodão** passou a aproveitar as roupas já usadas do seu primo Patureba. Um facto que o mesmo vestiu, domingo ultimo, era reconhecidamente daquelle seu collega de redacção. Assim faz quem não se emprega em cousas uteis e vive a explorar os outros. Dizem também que o Bigodão recebeu 400\$000 de um sujeito que estava ameaçado de um processo crime, tendo o Rasga Mortalha requerido archivamento do inquerito para receber metade daquelle importancia. Estes “semeadores” merecem mais do que “Ferro na Braza”, precisam de cadeia, não há duvida.

**O Hugo Bigodão/ passou...**

**SN<sup>1</sup> = (Det. [Art]) + N [Hugo Bigodão]]**

**EXCERTO 9 – DIÁRIO DE CAXIAS (1924) Caxias, 23 de fevereiro de 1924. Anno I, nº 25, p. 3****Terras a venda**

**Candido Mesquita**, na Tresidella, tem para vender duas posses de terras com vasto coccal medindo novecentas braças de frente com trezentas de fundo misticas com as de feitoria de N. Senhora do Monte carmo de S. José de Mattões e por preço módico. Caxias 23/2/24.

**Candido Mesquita**, na Tresidella,/ tem...

$SN^1 = (N \text{ [Candido Mesquita]})$

**EXCERTO 10 - O SABIÁ (1932). Caxias (MA), 22 de setembro de 1932. Anno I, nº 4, p.2.**

Do sector leste, na zona operações de Coroatá, regressará sábado, **o Lauro Abreu**, que por ser muito síphilitico foi regeitado para continuar ali os serviços de que fora encarregado. **O Lauro**, dizem, volta muito amarello, devido a està se alimentando exclusivamente de carne de camaleão.

... **o Lauro Abreu**/ foi regeitado.

$SN^1 = \text{[(Det. [Art]) + N [Lauro Abreu]]}$

**EXCERTO 11 – VOZ DO POVO (1936). Caxias, 22 de fevereiro de 1936. Anno VI, nº 245, p. 1.**

**Ausonio Camara** comunica às pessoas de sua amisade que mudou de sua residência da rua Aarão Reis, 18, para a rua 1º de Agosto, 10, onde continua a receber as suas presadas ordens.

Leva ainda ao conhecimento do publico e, principalmente, de sua numerosa freguesia, que da semana vindoura, em deante, as officinas e redação de “Voz do Povo” estarão instaladas naquelle edificio, onde espera continuar a merecer a sua preferênciã.

**Ausonio Camara**/ comunica ...

$SN^1 = (N \text{ [Candido Mesquita]})$

**EXCERTO 12 - SINGULAR - (1938). Caxias, 13 de fevereiro de 1938. Anno I, nº 12, p. 2****PIPOCAS**

**O Léo**, lá no baile, no dia do “assustado”, bancou o malandro. Rapaz, depois tu não sejas o boi e, assim, sem chifre... vae multado

**O Léo**/ bancou o malandro.

$SN^1 = \text{(Det. [Art]) + N [Léo]}$

**EXCERTO 13 - CRUZEIRO - (1948). Caxias, 22 de agosto de 1948. Ano XV, nº 634, p.3****Boi abatido e apurado**

**Jairo Carvalho** declara ao publico desta cidade que, por ordem do sr. Prefeito Municipal de Caxias, abateu e apurou um boi (...) com a seguinte marca, Z – 4, cujo o dono é desconhecido. A quem interessar possa esta notícia, pode dirigir-se à Prefeitura Municipal de Caxias.

**Jairo Carvalho**/ declara...

$SN^1 = (N \text{ [Jairo Carvalho]})$

## 7.5 ANÁLISE DOS DADOS PELA PERSPECTIVA DA DIMENSÃO EXTERNA DE BASE ESTILÍSTICA

Conforme já discutido no referencial teórico desta dissertação, estamos considerando, na dimensão externa, a estilística ou diafásica. Para isso, descreveremos aqueles

a quem os jornalistas dos jornais de Caxias se referiam. E, assim, traçaremos o perfil de cada antropônimo.

<b>EXCERTO 1 - O ZEPHYRO (1901). Caxias (MA), 09 de abril de 1901. Anno I, nº 1, p. 3.</b>
Que o <b>Theodorico</b> , voltando á sua antiga profissão, está disposto á vender barricas seccas pelo custo da factura... Assim pre*o...

- O Theodorico era um vendedor malsucedido.
- Valoração: desqualificação

<b>EXCERTO 2 - O ZEPHYRO (1901). Caxias (MA), 4 de junho de 1901. Anno I, nº 5, p. 2.</b>
<b>Credo dos Negociantes de Caxias</b> Cremos “ <b>no Zé Pedro,</b> ” todo nosso credor, criador do juro em nossos espinhaços, e no Tribusy, um seu empregado todo privilegiado, e qual veio syndicar dos nossos fundos, subio á Theresina, liquidou a alguns colegas; voltou depois e está hypotecando cazas e querendo limpar nossas prateleiras. Cremos na morte do commercio, na inifinita falta de dinheiro, na honestidade que allegamos aos credores e na nossa quebradeira. Amem

- Zé Pedro era um agiota.
- O Tribusy era um cobrador de agiota.
- Valoração: Desqualificação

<b>EXCERTO 3 - O PAIZ (1904 - 1905). Caxias, 14 de fevereiro de 1904. Anno 2, nº 57, p. 2.</b>
<b>Casas a venda</b> Viuva e filhos <b>de João da Cruz</b> estão encarregados da venda das 2 excellentes casas pertencentes á Ex <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> . D. Antônia E. de Souza Miranda Carneiro, sitas á Praça de Gonçalves Dias e rua Aarão Reis. 13 de fevereiro de 1904.

- João da Cruz era um corretor de prestígio
- Valoração: Qualificação

<b>EXCERTO 4 - O BINOCULO (1907). Caxias, 21 de julho de 1907. Anno I, nº 7, p. 7</b>
<b>COISAS COM QUE ME EMBERRO...</b> Com o <b>Manoel Joaquim</b> , porque se zangou com o binoculo e porque só vai a bailes com um terno de cor de uma pepira...

- O Manoel Joaquim era uma pessoa de mau gosto.
- Valoração: Desqualificado

<b>EXCERTO 5 - O CAIXEIRO (1915 – 1916) Caxias, 17 de janeiro de 1916. Anno I, nº 6, p. 3.</b>
<b>CHAPÉOS</b> <b>O João Leitão</b> acaba de receber um completo sortimento de chapéos de palhinha e feltro, ultimo gosto. Rua 1º de agosto.

- O João Leitão era simples vendedor
- Valoração: Desqualificado

<b>EXCERTO 6 - O CAIXEIRO (1915 – 1916) Caxias, 17 de janeiro de 1916. Anno I, nº 6, p. 3.</b>
<b>O Garcia</b> <b>O Garcia</b> resolveu estudar alemão, munindo-se para isso do indispensável. Na primeira licção, sahiu-se perfeitamente. Aprendeu tanto, que só ao chegar á casa não podia mais conversar com a mulher: tinha esquecido o portuguez! Faltavam-lhe, porém, umas coisinhas e voltou para a aula. O professor admirado da capacidade linguistica do alumno, mandou-o pronunciar uma palavra de 136 letras, que elle mas custou lhe caro: engoliu a dentadura. Desde esse dia <b>o Garcia</b> no ouvir qualquer cousa que lhe cheire alemão, tapa os ouvidos, o nariz, fecha os olhos, cerra o queixo e dispara como um louco...

- O Garcia era um objeto de escárnio.
- Valoração: Desqualificação

**EXCERTO 7 - O BLOCO (1917). Caxias, 9 de fevereiro de 1917. Anno I, nº 13, p. 7.**

**A pedidos**

Ao Commercio

**Filomena Oliveira**, científica ao respeitavel corpo commercial desta praça, que encarrega-se de compra e venda de generos de produção do Estado; embarque e desembarque nas linhas terreas, e fluvial, cobranças dentro ou fora da Cidade, mediante contractos. Para informações, a tratar com o annunciante em sua residência, Rua de Santa Luzia. Caxias, 9 de Fevereiro de 1917. **Caxias, 9 de fevereiro de 1917. Anno I, nº 13, p. 7.**

- Filomena Oliveira era funcionária pública com posto de destaque.
- Valoração: Qualificação

**EXCERTO 8 – FERRO NA BRAZA (1917). Caxias (MA), 20 de março de 1917. Anno I, nº 9, p. 3**

**Roupa usada**

**O Hugo Bigodão** passou a aproveitar as roupas já usadas do seu primo Patureba. Um facto que o mesmo vestiu, domingo ultimo, era reconhecidamente daquelle seu collega de redacção. Assim faz quem não se emprega em cousas uteis e vive a explorar os outros. Dizem também que o Bigodão recebeu 400\$000 de um sujeito que estava ameaçado de um processo crime, tendo o Rasga Mortalha requerido archivamento do inquerito para receber metade daquella importancia. Estes “semeadores” merecem mais do que “Ferro na Braza”, precisam de cadeia, não há duvida.

- O Hugo Bigodão era um aproveitador, explorador e mau-caráter.
- Valoração: Desqualificação

**EXCERTO 9 – DIÁRIO DE CAXIAS (1924) Caxias, 23 de fevereiro de 1924. Anno I, nº 9, p. 3**

**Terras a venda**

**Candido Mesquita**, na Tresidella, tem para vender duas posses de terras com vasto cocal medindo novecentas braças de frente com trezentas de fundo misticas com as de feitoria de N. Senhora do Monte carmo de S. José de Mattões e por preço modico. Caxias 23/2/24. **Caxias, 28 de fevereiro de 1924. Anno I, nº 25, p. 3**

- Candido Mesquita era proprietário de grandes posses de terra.
- Valoração: Qualificação

**EXCERTO 10 - O SABIÁ (1932). Caxias (MA), 22 de setembro de 1932. Anno I, nº 4, p.2.**

Do sector leste, na zona operações de Coroatá, regressará sábado, **o Lauro Abreu**, que por ser muito siphilitico foi rejeitado para continuar ali os serviços de que fora encarregado. **O Lauro** volta muito amarello, devido a està se alimentando exclusivamente de carne de camaleão.

- **O Lauro Abreu** era um empregado rejeitado, sifilítico e uma pessoa que passava fome.
- Valoração: Desqualificação

**EXCERTO 11 – VOZ DO POVO (1936). Caxias, 22 de fevereiro de 1936. Anno VI, nº 245, p. 1.**

**Ausonio Camara** comunica ás pessoas de sua amisade que mudou de sua residência da rua Aarão Reis, 18, para a rua 1º de Agosto, 10, onde continua a receber as suas presadas ordens. Leva ainda ao conhecimento do publico e, principalmente, de sua numerosa freguesia, que da semana vindoura, em deante, as officinas e redacção de “Voz do Povo” estarão instaladas naquelle edificio, onde espera continuar a merecer a sua preferéncia.

- Ausonio Camra era proprietário de um jornal.
- Valoração: Qualificação

**EXCERTO 12 - SINGULAR - (1938). Caxias, 13 de fevereiro de 1938. Anno I, nº 12, p. 2**

**PIPOCAS**

**O Léo**, lá no baile, no dia do “assustado”, bancou o malandro. Rapaz, depois tu não sejas o boi e, assim, sem chifre... vae multado

- O Léo era malandro.

- Valoração: Desqualificação

**EXCERTO 13 - CRUZEIRO - (1948). Caxias, 22 de agosto de 1948. Ano XV, nº 634, p.3**

**Boi abatido e apurado**

**Jairo Carvalho** declara ao publico desta cidade que, por ordem do sr. Prefeito Municipal de Caxias, abateu e apurou um boi (...) com a seguinte marca, Z – 4, cujo o dono é desconhecido. A quem interessar possa esta notícia, pode dirigir-se á Prefeitura Municipal de Caxias.

- Jairo Carvalho era assessor do prefeito.
- Valoração: Qualificação

## 7.6 COMPATIBILIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO INTERNA E DA DESCRIÇÃO EXTERNA

**EXCERTO 1 - O ZEPHYRO (1901). Caxias (MA), 09 de abril de 1901. Anno I, nº 1, p. 3.**

Que o **Theodorico**, voltando á sua antiga profissão, está disposto á vender barricas seccas pelo custo da factura... Assim pre\*o...

**Texto Jornalístico:** crônica

**Antropônimo:** Theodorico

**Artigo:** presença

**Perfil:** vendedor malsucedido

**Valoração:** desqualificação

**Categoria de análise:** exclusão

**EXCERTO 2 - O ZEPHYRO (1901). Caxias (MA), 4 de junho de 1901. Anno I, nº 5, p. 2.**

**Credo dos Negociantes de Caxias**

Creemos “**no Zé Pedro,**” todo nosso credor, criador do juro em nossos espinhaços, e no Tribusy, um seu empregado todo privilegiado, e qual veio syndicar dos nossos fundos, subio á Theresina, liquidou a alguns colegas; voltou depois e está hypotecando cazas e querendo limpar nossas prateleiras. Creemos na morte do commercio, na inifinita falta de dinheiro, na honestidade que allegamos aos credores e na nossa quebradeira. Amem

**Texto Jornalístico:** crônica

**Antropônimos:** Zé Pedro e Tribusy

**Artigo:** presença

**Perfis:** um agiota e um cobrador de agiota

**Valoração:** desqualificação

**Categoria de análise:** exclusão

**EXCERTO 3 - O PAIZ (1904 - 1905). Caxias, 14 de fevereiro de 1904. Anno 2, nº 57, p. 2.**

**Casas a venda**

Viuva e filhos de **João da Cruz** estão encarregados da venda das 2 excellentes casas pertencentes á Ex<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>. D. Antônia E. de Souza Miranda Carneiro, sitas á Praça de Gonçalves Dias e rua Aarão Reis. 13 de fevereiro de 1904.

**Texto Jornalístico:** anúncio comercial

**Antropônimo:** João da Cruz

**Artigo:** presença

**Perfil:** corretor de prestígio

**Valoração:** qualificação

**EXCERTO 4 - O BINOCULO (1907). Caxias, 21 de julho de 1907. Anno I, nº 7, p. 7**

**COISAS COM QUE ME EMBERRO...**

Com o **Manoel Joaquim**, porque se zangou com o binoculo e porque só vai a bailes com um terno de cor de uma pepira...

**Texto Jornalístico:** crônica

**Antropônimo:** Manoel Joaquim

**Artigo:** presença

**Perfil:** pessoa de mau gosto

**Valoração:** desqualificação

**Categoria de análise:** exclusão

**EXCERTO 5 - O CAIXEIRO (1915 – 1916) Caxias, 17 de janeiro de 1916. Anno I, nº 6, p. 3.**

**CHAPÉOS**

O **João Leitão** acaba de receber um completo sortimento de chapéos de palhinha e feltro, ultimo gosto. Rua 1º de agosto.

**Texto Jornalístico:** crônica

**Antropônimo:** João Leitão

**Artigo:** presença

**Perfil:** vendedor ambulante

**Valoração:** desqualificação

**Categoria de análise:** exclusão

**EXCERTO 6 - O CAIXEIRO (1915 – 1916) Caxias, 17 de janeiro de 1916. Anno I, nº 6, p. 3.**

**O Garcia**

O **Garcia** resolveu estudar alemão, munindo-se para isso do indispensável. Na primeira lição, sahiu-se perfeitamente. Aprendeu tanto, que só ao chegar á casa não podia mais conversar com a mulher: tinha esquecido o portuguez!

Faltavam-lhe, porém, umas coisinhas e voltou para a aula. O professor admirado da capacidade linguistica do alumno, mandou-o pronunciar uma palavra de 136 lettras, que elle mas custou lhe caro: engoliu a dentadura.

Desde esse dia o **Garcia** no ouvir qualquer cousa que lhe cheire alemão, tapa os ouvidos, o nariz, fecha os olhos, cerra o queixo e dispara como um louco...

**Texto Jornalístico:** crônica

**Antropônimo:** Garcia

**Artigo:** presença

**Perfil:** objeto de escárnio

**Valoração:** desqualificação

**Categoria de análise:** exclusão

**EXCERTO 7 - O BLOCO (1917). Caxias, 9 de fevereiro de 1917. Anno I, nº 13, p. 7.**

**A pedidos**

Ao Commercio

**Filomena Oliveira**, scientifica ao respeitavel corpo commercial desta praça, que encarrega-se de compra e venda de generos de produção do Estado; embarque e desembarque nas linhas terreas, e fluvial, cobranças dentro ou fora da Cidade, mediante contractos. Para informações, a tratar com o annunciante em sua residência, Rua de Santa Luzia. Caxias, 9 de Fevereiro de 1917. **Caxias, 9 de fevereiro de 1917.** Anno I, nº 13, p. 7.

**Texto Jornalístico:** anúncio comercial

**Antropônimo:** Filomena Oliveira

**Artigo:** ausência

**Perfil:** funcionária pública com cargo de destaque

**Valoração: qualificação**

**EXCERTO 8 – FERRO NA BRAZA (1917). Caxias (MA), 20 de março de 1917. Anno I, nº 9, p. 3**

**Roupa usada**

**O Hugo Bigodão** passou a aproveitar as roupas já usadas do seu primo Patureba. Um facto que o mesmo vestiu, domingo ultimo, era reconhecidamente daquelle seu collega de redacção. Assim faz quem não se emprega em cousas uteis e vive a explorar os outros. Dizem também que o Bigodão recebeu 400\$000 de um sujeito que estava ameaçado de um processo crime, tendo o Rasga Mortalha requerido archivamento do inquerito para receber metade daquella importancia. Estes “semeadores” merecem mais do que “Ferro na Braza”, precisam de cadeia, não há duvida.

**Texto Jornalístico:** crônica

**Antropônimo:** Hugo Bigodão

**Artigo:** presença

**Perfil:** aproveitador, explorador e mau-caráter

**Valoração:** desqualificação

**Categoria de análise:** exclusão

**EXCERTO 9 – DIÁRIO DE CAXIAS (1924) Caxias, 23 de fevereiro de 1924. Anno I, nº 9, p. 3**

**Terras a venda**

**Candido Mesquita**, na Tresidella, tem para vender duas posses de terras com vasto cocal medindo novecentas braças de frente com trezentas de fundo misticas com as de feitoria de N. Senhora do Monte carmo de S. José de Mattões e por preço modico. Caxias 23/2/24. **Caxias, 28 de fevereiro de 1924.** Anno I, nº 25, p. 3

**Texto Jornalístico:** anúncio comercial

**Antropônimo:** Candido Mesquita

**Artigo:** ausência

**Perfil:** proprietário de grandes posses de terra

**Valoração:** qualificação

**EXCERTO 10 - O SABIÁ (1932). Caxias (MA), 22 de setembro de 1932. Anno I, nº 4, p.2.**

Do sector leste, na zona operações de Coroatá, regressará sábado, **o Lauro Abreu**, que por ser muito síphilitico foi rejeitado para continuar ali os serviços de que fora encarregado. **O Lauro** volta muito amarello, devido a està se alimentando exclusivamente de carne de camaleão.

**Texto Jornalístico:** crônica

**Antropônimo:** Lauro Abreu

**Artigo:** presença

**Perfil:** empregado rejeitado, sífilítico e uma pessoa que passava fome

**Valoração:** desqualificação

**Categoria de análise:** exclusão

**EXCERTO 11 – VOZ DO POVO (1936). Caxias, 22 de fevereiro de 1936. Anno VI, nº 245, p. 1.**

**Ausonio Camara** comunica ás pessoas de sua amisade que mudou de sua residência da rua Aarão Reis, 18, para a rua 1º de Agosto, 10, onde continua a receber as suas presadas ordens. Leva ainda ao conhecimento do publico e, principalmente, de sua numerosa freguesia, que da semana vindoura, em deante, as officinas e redacção de “Voz do Povo” estarão instaladas naquelle edificio, onde espera continuar a merecer a sua preferéncia.

**Texto Jornalístico:** anúncio comercial

**Antropônimo:** Ausonio Camara

**Artigo:** ausência

**Perfil:** proprietário de um jornal

**Valoração:** qualificação

<b>EXCERTO 12 - SINGULAR - (1938). Caxias, 13 de fevereiro de 1938. Anno I, nº 12, p. 2</b>
<b>PIPOCAS</b> <b>O Léo</b> , lá no baile, no dia do “assustado”, bancou o malandro. Rapaz, depois tu não sejas o boi e, assim, sem chifre... vae multado

**Texto Jornalístico:** crônica  
**Antropônimo:** Léo  
**Artigo:** presença  
**Perfil:** malandro  
**Valoração:** desqualificação  
**Categoria de análise:** exclusão

<b>EXCERTO 13 - CRUZEIRO - (1948). Caxias, 22 de agosto de 1948. Ano XV, nº 634, p.3</b>
<b>Boi abatido e apurado</b> <b>Jairo Carvalho</b> declara ao publico desta cidade que, por ordem do sr. Prefeito Municipal de Caxias, abateu e apurou um boi (...) com a seguinte marca, Z – 4, cujo o dono é desconhecido. A quem interessar possa esta notícia, pode dirigir-se á Prefeitura Municipal de Caxias.

**Texto Jornalístico:** notícia  
**Antropônimo:** Jairo Carvalho  
**Artigo:** ausência  
**Perfil:** assessor do prefeito  
**Valoração:** qualificação

## 7.7 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

**Quadro 3 – Antropônimos com presença/ausência do artigo definido**

ITEM	JORNAL	DADO	PRESEÇA	AUSÊNCIA
EXCERTO 1	O ZEPHYRO	<i>...o Theodorico (...)</i>	SIM	-
EXCERTO 2	O ZEPHYRO	<i>... cremos no Zé Pedro (...)</i> e no <i>Tribusy</i>	SIM	-
EXCERTO 3	O PAIZ	<i>Viuva e filhos de João da Cruz (...)</i>	-	SIM
EXCERTO 4	O BINOCULO	<i>Com o Manoel Joaquim (...)</i>	SIM	-
EXCERTO 5	O CAIXEIRO	<i>O João Leitão (...)</i>	SIM	-
EXCERTO 6	O CAIXEIRO	<i>O Garcia (...)</i>	SIM	-
EXCERTO 7	O BLOCO	<i>Filomena Oliveira (...)</i>	-	SIM
EXCERTO 8	FERRO NA BRAZA	<i>O Hugo Bigodão (...)</i>	SIM	-
EXCERTO 9	DIÁRIO DE CAXIAS	<i>Candido Mesquita (...)</i>	-	SIM
EXCERTO 10	O SABIÁ	<i>... o Lauro Abreu (...)</i>	SIM	-
EXCERTO 11	VOZ DO POVO	<i>Ausonio Camara (...)</i>	-	SIM
EXCERTO 12	SINGULAR	<i>O Léo (...)</i>	SIM	-
EXCERTO 13	CRUZEIRO	<i>Jairo Carvalho(...)</i>	-	SIM

Do total de 13 dados extraídos dos jornais de Caxias da primeira metade do século XX, 61,5% dos antropônimos são determinados pelo artigo definido, 100% dos quais são sujeitos retratados por atividades sem prestígio social pela comunidade de prática dos jornalistas dos jornais de Caxias da primeira metade do século XX; e entre os 31,5% dos antropônimos que não são determinados por artigo, 100% são retratados com atividades de algum prestígio social para a comunidade de prática dos jornalistas.

Diante disso, fica confirmada a variação interna presença/ausência do artigo definido antes de antropônimos que é, ao mesmo tempo, uma marca externa do estilo dessa comunidade de prática que assim é denominada porque diz respeito a um grupo fechado de jornalistas, ou seja, de sujeitos que compartilham os mesmos objetivos profissionais, já que estão a serviço dos jornais de Caxias da primeira metade do século XX, compartilhando, também, dos mesmos valores atribuídos a determinadas pessoas, as quais se referem nos anúncios comerciais, crônicas e notícias, dos dados aqui selecionados, pela sociedade local.

Observando o que se pode destacar nos dados abaixo, a primeira afirmativa que se faz é a de que, quanto ao que é categórico para o artigo, a presença e a ausência do artigo estão marcadas num espaço sistemático de sua inclusão no sintagma. Significa que o artigo definido nos três excertos selecionados ocupa seu lugar categórico na constituição do sintagma nominal. No excerto 1, há presença do artigo antes do antropônimo Zé Pedro (cremos no Zé Pedro).

**Quadro 4** – EXCERTO 1: O ZEPHYRO (1901). Caxias (MA), 4 de junho de 1901. Anno I, nº 5, p. 2.

Cremos “ <b>no Zé Pedro</b> ” todo nosso credor, criador do juro em nossos espinhaços, e <b>no Tribusy</b> , um seu empregado todo privilegiado, e qual veio syndicar dos nossos fundos, subio á Theresina, liquidou a alguns colegas; voltou depois e está hypotecando cazas e querendo limpar nossas prateleiras. Cremos na morte do commercio, na inifinita falta de dinheiro, na honestidade que allegamos aos credores e na nossa quebradeira. Amem	ANTROPÔNIMO	<b>Zé Pedro/Tribusy</b>
	CARACTERIZAÇÃO	<b>no Zé Pedro/agiota no Tribusy/cobrador do agiota</b>
	PRESENÇA DO ARTIGO	SIM
	DESQUALIFICAÇÃO	SIM
	AUSÊNCIA DO ARTIGO	—
	QUALIFICAÇÃO	—

Fonte: Autor (2021)

Analisando “no Zé Pedro”, que o Zé Pedro é SN<sup>3</sup>, e faz parte do sintagma preposicional assim descrito SPREP = Prep. + SN<sup>3</sup> (Det. [Art]) + N [Zé Pedro]. Temos, assim como no EXCERTO 1, a mesma descrição para “no Tribusy”, em que o artigo é determinante

e como tal sempre virá antes do Nome. No excerto 2, de O Bloco (1917), o SN é constituído apenas por N, estando marcado a ausência do artigo “A Filomena”, o qual se estivesse presente teria sua posição sistemática anterior ao nome.

**Quadro 5 – EXCERTO 7: O BLOCO (1917).** Caxias, 27 de janeiro de 1917. Anno I, nº 13, p. 7.

<b>A pedidos</b> Ao Commercio <b>Filomena Oliveira</b> , scientifica ao respeitavel corpo commercial desta praça, que encarrega-se de compra e venda de generos de produção do Estado; embarque e desembarque nas linhas terras, e fluvial, cobranças dentro ou fora da Cidade, mediante contractos. Para informações, a tratar com o annunciante em sua residência, Rua de Santa Luzia. Caxias, 9 de Fevereiro de 1917.	ANTROPÔNIMO	<b>Filomena Oliveira</b>
	CARACTERIZAÇÃO	<b>Filomena Oliveira</b> – funcionária do Estado.
	PRESENÇA DO ARTIGO	—
	DESQUALIFICAÇÃO	—
	AUSÊNCIA DO ARTIGO	SIM
	QUALIFICAÇÃO	SIM

Fonte: Autor (2021)

O excerto 3 repete o uso do excerto 1 em cuja descrição há presença do artigo definido, antes do nome (antropônimo). A semelhança que há entre os três excertos é que todos são observados a partir da ausência ou presença do artigo definido antes de antropônimos (o Zé Pedro, Filomena Oliveira, o Lauro Abreu). A diferença é que nem todos são descritos com presença do artigo. Consideramos, então, um fato sujeito a interpretações.

**Quadro 6 – EXCERTO 10: O SABIÁ (1932).** Caxias (MA), 22 de setembro de 1932. Anno I, nº 4, p.2

Do sector leste, na zona operações de Coroatá, regressará sábado, <b>o Lauro Abreu</b> , que por ser muito síphilitico foi rejeitado para continuar ali os serviços de que fora encarregado. <b>O Lauro</b> volta muito amarello, devido a està se alimentando exclusivamente de carne de camaleão.	ANTROPÔNIMO	<b>Lauro Abreu</b>
	CARACTERIZAÇÃO	<b>O Lauro Abreu</b> -Empregado rejeitado, síphilitico e amarello por estar se alimentando somente de carne de camaleão
	PRESENÇA DO ARTIGO	SIM
	DESQUALIFICAÇÃO	SIM
	AUSÊNCIA DO ARTIGO	—
	QUALIFICAÇÃO	—

Fonte: Autor (2021)

O Zé Pedro, o Tribusy, o Lauro de Abreu são pessoas cujo perfil é tratado de forma desqualificadora. O primeiro é agiota; o segundo, cobrador de agiota; o terceiro, empregado rejeitado por ser sífilítico, amarelo e por se alimentar de carne de camaleão. Já Filomena Oliveira é funcionária pública com posto de destaque que se comunica com o corpo comercial daquela praça e ocupa uma posição social qualificada.

Selecionamos, para mais considerações, o excerto 1, a seguir, que se refere ao antropônimo **Zé Pedro**. O âmbito da desqualificação se confirma no contexto e no estilo com que se configura o texto jornalístico.

Existe aí uma paródia<sup>5</sup> de uma reza do catolicismo intitulada credo que se caracteriza pela perversão do texto original. Cria-se aí um estilo anarquista e desqualificador de Zé Pedro [o Zé Pedro], caracterizado por “todo nosso credor”, uma amplificação de um poder de Zé Pedro, uma espécie de deus, com todo o poder do dinheiro. Uma ironia ao caráter do agiota. Uma atitude posta dentro do risível.

Tendo em vista este e outros excertos, já é possível reconhecer que, para esta comunidade de prática, a presença/ausência do artigo se encaixa como descrição linguística como sinal da exclusão social entre aqueles jornalistas dos jornais de Caxias. A presença do artigo acontece dentro de um ambiente de exclusão, de informalidade, de humor, de sarcasmo, de depreciação e a ausência, dentro de uma determinação de prestígio, como é o caso de Filomena Oliveira que “cientifica ao respeitável corpo daquela praça, que encarrega-se de compra e venda de gêneros de produção do Estado...”. A formalidade vem aí neste caso do status profissional e social da referida funcionária pública. Já o sífilítico marca a exclusão linguística na fala do jornalista pelo preconceito social que acontecia contra quem contraía sífilis e tal situação é conscientemente bem demarcada pelo autor da notícia.

Abaixo, temos a paródia da oração católica do credo e, de outro lado, o início da oração original. É perceptível a ironia de quem fala dos sujeitos desprestigiados socialmente e, por consequência, desqualificados publicamente. A presença do artigo definido no sintagma revela marcas linguísticas de exclusão social naquela comunidade de prática dos jornalistas dos jornais da Caxias da primeira metade do século XX.

---

<sup>5</sup> Para Simões (2012, p. 7), a paródia pode ser definida como um gênero textual que possui em sua essência o processo de intertextualidade. Quando um texto está inserido em outro texto já existente, que faz parte da memória social de um grupo.

**Quadro 7** – Paródia da oração do credo da igreja católica X oração original

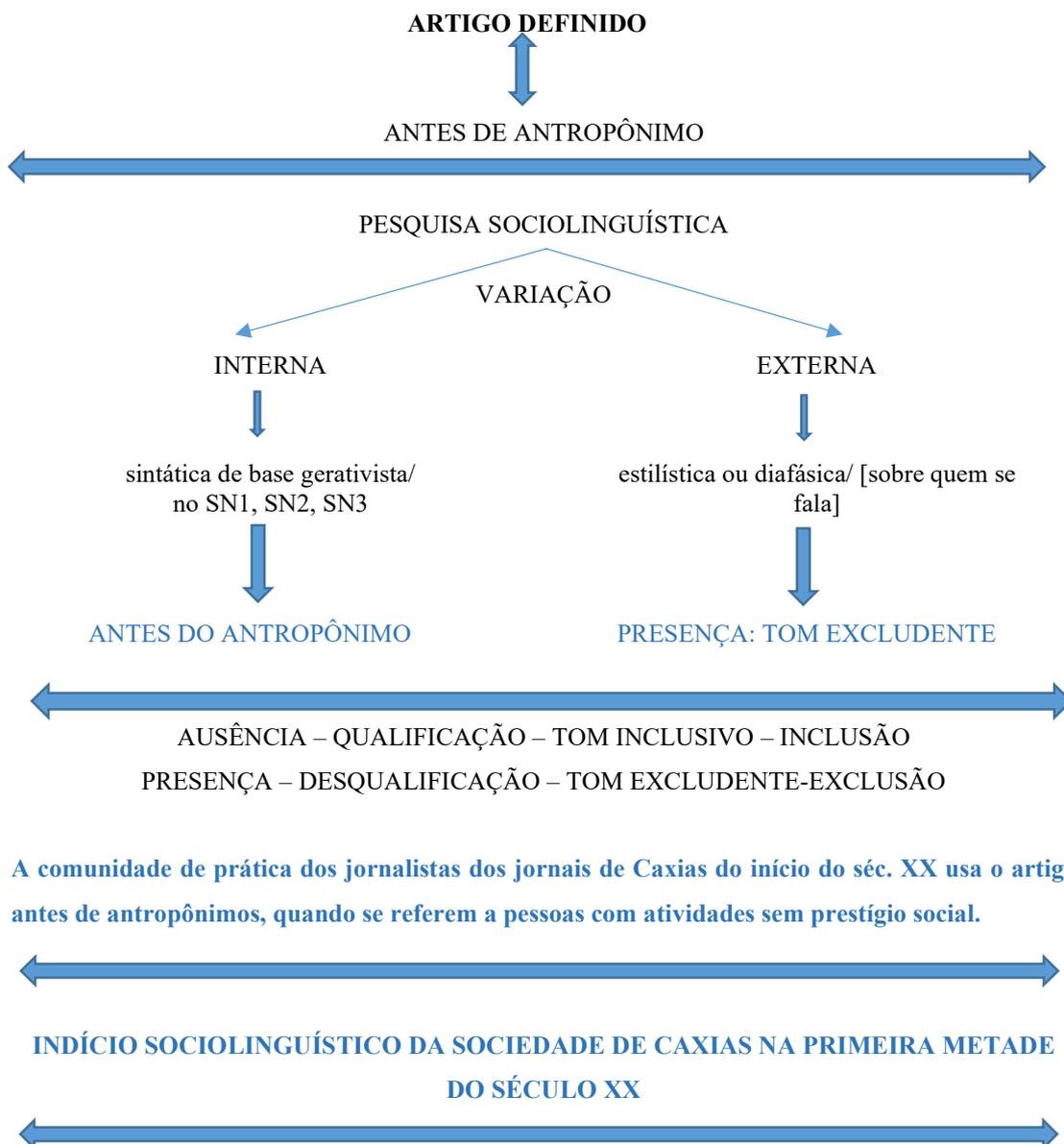
<p>Creemos “<b>no Zé Pedro</b>” todo nosso credor, criador do juro em nossos espinhaços, e <b>no Tribusy</b>, um seu empregado todo privilegiado, e qual veio syndicar dos nossos fundos, subiu á Theresina, liquidou a alguns colegas; voltou depois e está hypotecando cazas e querendo limpar nossas prateleiras. Creemos na morte do commercio, na infinita falta de dinheiro, na honestidade que allegamos aos credores e na nossa quebradeira. Amem</p>	<p style="text-align: center;"><b>ORAÇÃO DO CREDO</b></p> <p>“Creio em Deus pai todo poderoso, Criador do céu e da terra, E em Jesus Cristo, seu único filho, Nosso Senhor, Que foi concebido Pelo poder do Espírito Santo (...).”<sup>6</sup></p>
---	--

Fonte: Autor (2021)

---

<sup>6</sup> <https://www.diocesedepatosdeminas.org.br/oracoes/oracao-do-credo-oracao-do-creio-em-deus-pai-03042018-084741>

## 7.8 DESCRIÇÃO DE UMA PESQUISA SOBRE ARTIGO DEFINIDO



A comunidade de prática dos jornalistas dos jornais de Caxias do início do séc. XX usa o artigo antes de antropônimos, quando se referem a pessoas com atividades sem prestígio social.

## 8 ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS DADOS A PARTIR DO ESTILO DOS JORNALISTAS DOS JORNAIS DE CAXIAS

Ao falarmos sobre o reflexo da realidade de Caxias da primeira metade do século XX no estilo da comunidade de prática constituída pelos jornalistas, estamos sugerindo que existe, no que se considera variação externa, uma atmosfera local que permanece marcada no dizer dos jornais, no qual o artigo definido, como sinal linguístico de uma exclusão, está ao lado de outras marcas dessa decadência, das quais seja uma das consequências sociolinguísticas. Estamos aqui desafiando essa responsabilidade de entender as razões de um dizer excludente, porque decadente naquela sociedade, e os motivos sociais de outras marcas que linguísticas reafirmam o que lemos da presença/ausência do artigo definido antes de antropônimo.

Destacamos abaixo, nos dados, o que traz marcas daquela realidade vivida por Caxias no início do séc. XX.

**EXCERTO 1 - O ZEPHYRO (1901). Caxias (MA), 09 de abril de 1901. Anno I, nº 1, p. 3.**

Que o Theodorico, voltando á sua antiga profissão, está disposto á vender barricas seccas pelo custo da factura... Assim pre\*o...

**EXCERTO 2 - O ZEPHYRO (1901). Caxias (MA), 4 de junho de 1901. Anno I, nº 5, p. 2.**

Creemos “no Zé Pedro,” todo nosso credor, criador do juro em nossos espinhaços, e no Tribusy, um seu empregado todo privilegiado, e qual veio syndicar dos nossos fundos, subio á Theresina, liquidou a alguns colegas; voltou depois e está hypotecando cazas e querendo limpar nossas prateleiras. Creemos na morte do commercio, na inifinita falta de dinheiro, na honestidade que allegamos aos credores e na nossa quebradeira. Amem

**EXCERTO 3 - O PAIZ (1904 - 1905). Caxias, 14 de fevereiro de 1904. Anno 2, nº 57, p. 2.**

### Casas a venda

Viuva e filhos **de João da Cruz** estão encarregados da venda das 2 excellentes casas pertencentes á Ex<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>. D. Antônia E. de Souza Miranda Carneiro, sitas á Praça de Gonçalves Dias e rua Aarão Reis. 13 de fevereiro de 1904.

**EXCERTO 4 - O BINOCULO (1907). Caxias, 21 de julho de 1907. Anno I, nº 7, p. 7**  
**COISAS COM QUE ME EMBERRO...**

Com o Manoel Joaquim, porque se zangou com o binoculo e porque só vai a bailes com um terno de cor de uma pepira...

**EXCERTO 5 - O CAIXEIRO (1915 – 1916) Caxias, 17 de janeiro de 1916. Anno I, nº 6, p. 3**

### CHAPÉOS

**O João Leitão** acaba de receber um completo sortimento de chapéos de palhinha e feltro, ultimo gosto. Rua 1º de agosto.

**EXCERTO 6 - O CAIXEIRO (1915 – 1916)** Caxias, 17 de janeiro de 1916. Anno I, nº 6, p. 3.

#### O Garcia

**O Garcia** resolveu estudar alemão, munindo-se para isso do indispensável. Na primeira lição, sahiu-se perfeitamente. Aprendeu tanto, que só ao chegar á casa não podia mais conversar com a mulher: tinha esquecido o portuguez!

Faltavam-lhe, porém, umas coisinhas e voltou para a aula. O professor admirado da capacidade linguistica do alumno, mandou-o pronunciar uma palavra de 136 letras, que elle mas custou lhe caro: engoliu a dentadura.

Desde esse dia **o Garcia no ouvir qualquer cousa que lhe cheire alemão, tapa os ouvidos, o nariz, fecha os olhos, cerra o queixo e dispara como um louco...**

**EXCERTO 7 - O BLOCO (1917).** Caxias, 9 de fevereiro de 1917. Anno I, nº 13, p. 7.

#### A pedidos

Ao Commercio

**Filomena Oliveira**, scientifica ao respeitavel corpo commercial desta praça, que encarrega-se de **compra e venda de generos de produção do Estado**; embarque e desembarque nas linhas terras, e fluvial, cobranças dentro ou fora da Cidade, mediante

contractos. Para informações, a tratar com o annunciante em sua residência, Rua de Santa Luzia. Caxias, 9 de Fevereiro de 1917. **Caxias, 9 de fevereiro de 1917.** Anno I, nº 13, p. 7.

**EXCERTO 8 – FERRO NA BRAZA (1917).** Caxias (MA), 20 de março de 1917. Anno I, nº 9, p. 3

#### Roupa usada

**O Hugo Bigodão passou a aproveitar as roupas já usadas do seu primo** Patureba.

Um facto que o mesmo vestiu, domingo ultimo, era reconhecidamente daquelle seu collega de redacção. Assim faz quem não se emprega em cousas uteis e vive a explorar os outros. Dizem também que o Bigodão recebeu 400\$000 de um sujeito que estava ameaçado de um processo crime, tendo o Rasga Mortalha requerido archivamento do inquerito para receber metade daquella importancia. Estes “semeadores” merecem mais do que “Ferro na Braza”, precisam de cadeia, não há duvida.

**EXCERTO 9 – DIÁRIO DE CAXIAS (1924)** Caxias, 23 de fevereiro de 1924. Anno I, nº 9, p. 3

#### Terras a venda

**Candido Mesquita**, na Tresidella, tem para **vender duas posses de terras com vasto cocal medindo novecentas braças de frente com trezentas de fundo misticas com as de feitoria de N. Senhora do Monte carmo de S. José de Mattões e por preço modico.** Caxias 23/2/24. Caxias, 28 de fevereiro de 1924. Anno I, nº 25, p. 3

**EXCERTO 10 - O SABIÁ (1932).** Caxias (MA), 22 de setembro de 1932. Anno I, nº 4, p.2.

Do sector leste, na zona operações de Coroatá, regressará sábado, **o Lauro Abreu, que por ser muito siphilitico foi rejeitado para continuar ali os serviços de que fora encarregado.** O Lauro volta muito amarello, devido a está se alimentando exclusivamente de carne de camaleão.

**EXCERTO 11 – VOZ DO POVO (1936).** Caxias, 22 de fevereiro de 1936. Anno VI, nº 245, p. 1.

**Ausonio Camara** comunica às pessoas de sua amizade que mudou de sua residência da rua Aarão Reis, 18, para a rua 1º de Agosto, 10, onde continua a receber as suas presadas ordens.

Leva ainda ao conhecimento do público e, principalmente, de sua numerosa freguesia, que da semana vindoura, em diante, as oficinas e redação de “Voz do Povo” estarão instaladas naquele edifício, onde espera continuar a merecer a sua preferência.

**EXCERTO 12 - SINGULAR - (1938). Caxias, 13 de fevereiro de 1938. Anno I, nº 12, p. 2**

**PIPOCAS**

**O Léo**, lá no baile, no dia do “assustado”, bancou o malandro. Rapaz, depois tu não sejas o boi e, assim, sem chifre... vae multado

**EXCERTO 13 - CRUZEIRO - (1948). Caxias, 22 de agosto de 1948. Ano XV, nº 634, p.3**

**Boi abatido e apurado**

**Jairo Carvalho** declara ao público desta cidade que, por ordem do sr. Prefeito Municipal de Caxias, abateu e apurou um boi (...) com a seguinte marca, Z – 4, cujo o dono é desconhecido. A quem interessar possa esta notícia, pode dirigir-se à Prefeitura Municipal de Caxias.

Observando o destacado nas crônicas, anúncios e anedotas acima, notamos que prevalecem assuntos que dizem respeito a comércio, vendas, vendedores, retrocessos e falência: **o** Theodorico volta à sua antiga profissão, disposto a vender barricas secas pelo custo da fatura; **o** Zé Pedro é um poderoso credor, que emprestava dinheiro a juros altos; **o** Tribusy, um empregado todo privilegiado do Zé Pedro que foi para Teresina e liquidou com alguns colegas: depois voltou, hipotecou casas e ainda queria limpar as prateleiras. **O** João Leitão era vendedor de chapéus de palhinha e feltro. **O** Garcia resolveu estudar alemão e acabou esquecendo o português e depois quando escutava uma palavra saía correndo. **O** Hugo Bigodão passou a aproveitar as roupas já usadas do seu primo Patureba. **O** Lauro Abreu regressará por ser muito síphilitico foi rejeitado para continuar ali os serviços de que fora encarregado. **O** Lauro volta muito amarelo, porque se alimentando exclusivamente de carne de camaleão. **O** Léo, lá no baile, no dia do “assustado”, bancou o malandro.

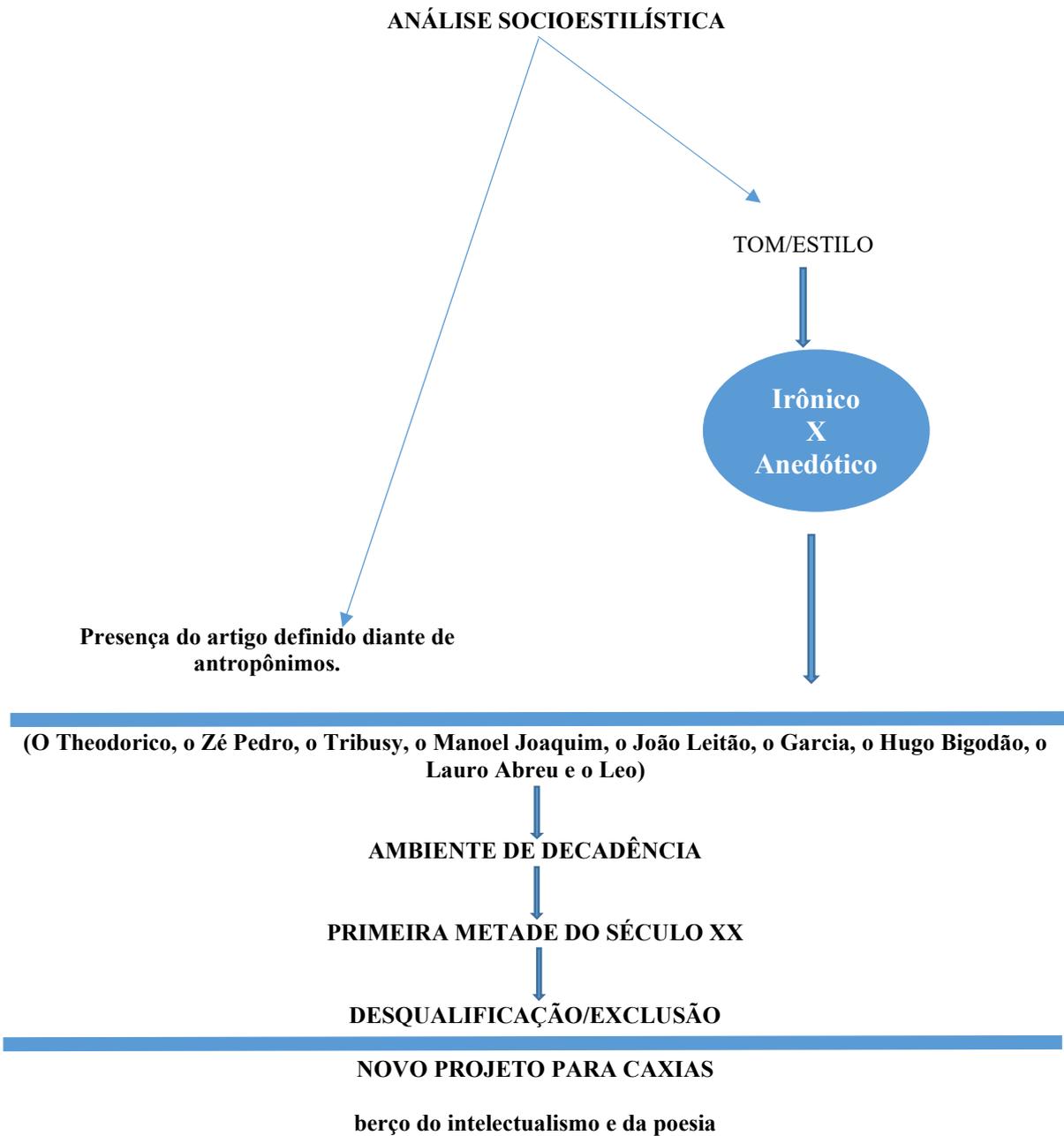
Mas **XCandido Mesquita**, na Tresidela, tem para vender duas posses de terras com vasto cocal medindo novecentas braças de frente com trezentas de fundo místicas com as de feitoria de N. Senhora do Monte Carmo de S. José de Mattões e por preço módico. **X**Ausonio Camara comunica às pessoas de sua amizade que mudou de sua residência da rua Aarão Reis, 18, para a rua 1º de Agosto, 10, onde continuaria a receber as suas presadas ordens. **X**Leva ainda ao conhecimento do público e, principalmente, de sua numerosa freguesia, que as oficinas de redação de “Voz do Povo” estarão instaladas naquele edifício. Jairo Carvalho, funcionário da prefeitura.

Todos enfrentam a dura realidade, mas os menos favorecidos ou os que pareceram a nós que tinham crescido um pouco e tiveram que voltar à antiga profissão, têm referência menos informal ou mais galhofeira, contando com o artigo definido antes de seus nomes, não porque a gramática normativa determina que o artigo definido possa ser usado antes de nomes próprios, quando há um conhecimento mais íntimo da pessoa, mas porque é alguma caricatura familiar à realidade local marcada pela decadência.

Percebemos que a maioria dos textos selecionados além de serem crônicas, são anúncios e piadas, trazendo, em seus assuntos, temas próprios do comércio, ou seja, que envolvem vendas, produtos de vendas, local de venda, mudança de endereço, retrocesso. Listamos entre eles: “voltar à antiga profissão”, “vender”, “fatura”; “credor”, “emprestava dinheiro a juros altos”; “liquidou”; “hipotecou”; “limpar as prateleiras”; “vendedor de chapéus de palhinha e feltro”; “aproveitar as roupas já usadas”; “serviços”; “se alimentando exclusivamente de carne de camaleão”; “malandro”.

Percebemos, também, que aqueles que estão vendendo suas propriedades, os que nos pareceram pessoas de maior poder aquisitivo, com prestígio social, não levam artigo definido antes de seus nomes, e, mesmo estando vivendo uma realidade de derrocada, têm referência em um estilo mais formal, mais elaborado. Listamos: “duas posses de terras com vasto cocal medindo novecentas braças de frente com trezentas de fundo”; “por preço módico”; “comunica às pessoas de sua amizade”; “mudou de sua residência”; “onde continuaria a receber as suas presadas ordens”; “Leva ainda ao conhecimento do público e, principalmente, de sua numerosa freguesia”; “as oficinas de redação de “Voz do Povo”; “instaladas naquele edifício”.

## 8.1 ANÁLISE SOCIOESTILÍSTICA



## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No princípio desta pesquisa sobre o artigo definido, parecia haver um vazio de possibilidades, porque à própria categoria gramatical é reservada uma restrita condição para a presença ou ausência como adjunto adnominal, na frase. Observando o artigo, em si, passa-se a uma descrição gramatical fechada e restrita a uma classe gramatical, sobre a qual, somente por esse viés, muito pouco se teria a dizer fora da investigação. Por essa perspectiva, seriam encontradas duas possibilidades: empregar o artigo ou não empregar o artigo antes de antropônimo.

Vimos que seria necessário fazer outros caminhos e que contornar o objeto era o que poderia dar corpo ao olhar investigativo. Partimos do fato de o artigo existir e da possibilidade de ser ou não empregado, para outras necessidades de pesquisa. Precisávamos saber por que o artigo só poderia vir antes do substantivo e se o substantivo assim passaria a ser, apenas por causa do artigo. Precisamos buscar fontes teóricas e a base gerativista veio suprir essa demanda.

Pela trajetória, com duas mudanças de orientação, demoramos um pouco para traçar o arcabouço desta pesquisa que hesitava entre o interno à língua e o que era espelhado, ou seja, refletido de fora para dentro: o estilo de uma comunidade de prática caxiense, própria de uma época bem marcante na história daquele município, jornalistas de jornais de Caxias de um tempo de falência das narrativas do progresso que falavam sobre personalidades e tipos locais, suas decisões e necessidades.

Começamos a perceber que não bastava ver a presença e a ausência do artigo, mas entender por que aquela alternância de uso acontecia e de quem eram aqueles antropônimos que admitiam o uso do artigo, principalmente, já que maior era a frequência no estilo em que esse fato linguístico já dava, desde as primeiras observações, sinais de exclusão.

Acrescentamos ao arcabouço um cruzamento entre a variação interna e a variação externa e quando procurávamos o porquê dessa escolha, sentimos necessidade de buscar um pouco mais da realidade social da Caxias da primeira metade do século XX para entender as razões do uso do artigo antes de alguns nomes e de outros não.

Encontramos a Caxias industrializada e a Caxias derrotada por esse projeto de enriquecimento. A Caxias materialista, ambiciosa, competitiva, vazia espiritualmente, mal educada, analfabeta, porque o projeto social se perdia na grande narrativa do progresso e se

desumanizava, passando a fazer parte de uma consciência local, principalmente quando esse projeto começou a falir.

Havia a ideia de que, para ser humanizada, Caxias precisaria de religião e o sarcasmo próprio do estilo ficou bem visível no dado que faz a paródia do Credo, uma reza da igreja católica, a que retornamos nestas considerações finais.

**Credo dos Negociantes de Caxias**

Cremos “**no Zé Pedro,**” todo nosso credor, criador do juro em nossos espinhaços, e no Tribusy, um seu empregado todo privilegiado, e qual veio syndicar dos nossos fundos, subio á Theresina, liquidou a alguns colegas; voltou depois e está hypotecando cazas e querendo limpar nossas prateleiras. Cremos na morte do commercio, na inifinita falta de dinheiro, na honestidade que allegamos aos credores e na nossa quebradeira. Amem

A paródia usa o artigo antes de Zé Pedro. Creio “no Zé Pedro”. Mas, na reza, o artigo não é usado antes do nome Deus, mesmo determinado: “creio em Deus Pai/todo poderoso criador do céu e da Terra”. E a ironia segue conferindo poder a quem tem dinheiro: “todo nosso credor, criador do juro em nossos espinhaços”. Esse estilo paródico vem da realidade. Aquela realidade de retrocesso que continuava a valorizar o dinheiro começou a ser dominada pelos agiotas que se aproveitavam da situação para piorar a falência dos que estavam em condições econômicas cada vez piores. “Subio a Teresina, liquidou alguns colegas”, porque não só a falência das fábricas arruinava a sociedade de Caxias, mas também o crescimento do comércio de Teresina. E aquele estilo que coloca o artigo antes de nomes de pessoas arruinadas, dava sinais de exclusão social dos falidos cada vez mais desqualificados numa terra que estava alimentada por um projeto de riqueza: “cremos na morte do commercio, na inifinita falta de dinheiro, na honestidade que allegamos aos credores e na nossa quebradeira”.

Reafirmando: esta pesquisa favoreceu percorrer o outro lado do preconceito linguístico que é sua consequência: a exclusão linguística na fala de quem a manifesta contra pessoas socialmente desprestigiadas, sobretudo pelos valores que determinavam as suas práticas sociais ou pelas condições em que viviam. E isso era indiciado também por meio do uso do artigo, ao que nos pareceu, um tipo de composição excludente pelos usos linguísticos, desqualificadores. Algo que não acontecia com as pessoas socialmente prestigiadas que ocupavam altas posições na sociedade e recebiam mais atenção quando da descrição de suas atividades e informações que destacavam sua posição social. Ali o artigo ficava ausente.

Pela análise da gramática normativa, cumpre ainda dizer que o artigo definido antes de antropônimos está para além do critério de maior ou menor intimidade entre o falante e o sujeito a que se refere. A discussão é muito mais ampla e é definida por intencionalidades quase

obscuras que cumpre à pesquisa trazer à tona. São pequenos sinais com que a descrição linguística instrumentaliza o pesquisador para suas interpretações. O certo é que a presença ou ausência do artigo definido não é uma escolha aleatória e, quando essa escolha se repete como marca de uma comunidade que trabalha na mesma direção, ali está uma comunidade de prática que manifesta, também, um estilo sociolinguístico.

Ratificamos que a presente pesquisa não se limitou a considerar apenas a visão da gramática normativa, mas a usou como ponto de referência para olhar o objeto numa perspectiva de seu uso real. Encorpendo-o para além da gramática normativa. Para isso, foi necessário avançar para outras gramáticas como a descritiva, a internalizada e a de base gerativista; e, assim, compreender que as regras que o falante usa, as que ele já possui e as que são categóricas, pelo lugar do artigo na sentença, serviram para mostrar o quanto as gramáticas contribuem para o entendimento do uso real da língua pelo falante, o que não pode ser realizado fora de um contexto social, ou seja, desarticulado.

A perspectiva social, aqui mostrada pelo viés da exclusão que gera a desqualificação social dos sujeitos retratados nos jornais, nos revela a riqueza das possibilidades de análises dos fenômenos variáveis do Português Brasileiro no Estado do Maranhão, construindo, assim, um quadro amplo formado por pesquisas de diversas ópticas sobre o artigo definido, que demonstram a variabilidade e a dinamicidade de nossa língua.

O olhar para os sujeitos retratados em jornais da Caxias do século XX revelou algo até então não observado a partir do uso de uma partícula com definições simplificadas por gramáticas de caráter normativo, como as que mostramos aqui. Esse olhar que apresentamos aqui possibilita novas pesquisas somadas às diversas outras que têm como objeto de estudo o artigo definido.

O uso do artigo definido como sinal de exclusão social pelos jornalistas dos jornais de Caxias da primeira metade do século XX esteve diretamente relacionado ao contexto social da cidade. Tal situação mostra que fatores externos determinam o estilo de uma comunidade de prática quanto ao uso da língua. E esse uso é escolha do falante diante das possibilidades que a língua apresenta e que vão para além do que prescreve a gramática normativa.

Descrever e analisar a presença/ausência do artigo definido no português brasileiro é entender como esse mecanismo funciona pelo falante ou comunidade de prática de uma sociedade e saber que essa possibilidade de funcionamento pode ou não ocorrer em outras

comunidades, mas faz parte da realidade linguística de nosso país e mostra o jogo da língua que é também social.

Ancorada na terceira onda da sociolinguística variacionista, que traz à luz o estilo de uma comunidade de prática como fator determinante para o entendimento de uma língua em um dado contexto social, a presente pesquisa se configura de caráter inédito não pelo objeto de estudo aqui tratado, mas pelo olhar da presença/ausência do artigo pela categoria da exclusão social, conseguindo, em nosso entendimento, revelar sinais de exclusão pelos usos linguísticos daquela comunidade de prática que ora, pela presença, eram usados antes de nomes de sujeitos desqualificados, ou em estado de falência, ora, pela ausência, destacavam os nomes de sujeitos prestigiados naquela sociedade, até então por condições materiais.

Em nossa visão, a variante presença/ausência do artigo definido antes de antropônimos, aqui apresentada nos onze jornais selecionados de Caxias da primeira metade do século XX, determina um estilo daquela comunidade de prática, composta pelos jornalistas destes jornais. Esse estilo é determinado por pressões sociais, traduzidas pela desqualificação dos sujeitos retratados quando da presença do artigo.

Foi um desafio encorpar a pesquisa, contornando um objeto cujo uso pôde nos parecer tão desprezioso até o momento em que desta investigação passamos a ver que nada no jogo da língua é aleatório, nenhum uso é sem razão e que um elemento acaba nos trazendo para um universo que o faz crescer como ponto de partida de uma pesquisa inteira sugerindo, ao final, outras direções.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Suárez. Gramática integral da língua portuguesa: uma visão prática e funcional. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.
- ANTUNES, Irlandé. Muito Além da gramática: por um ensino de línguas sem predas no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Classificação dos usos dos antropônimos no português escrito. Florianópolis: Fórum linguístico, v.7, n.2 (74-79), jul-dez, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Dermeval da (org.). Diversidade linguística no Brasil. João Pessoa: Ideia, 1997.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: com numerosos exercícios. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.
- COELHO, Izete Lehmkul. et al. Sociolinguística. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts. Tradução Portuguesa, aspectos da Teoria da Sintaxe, Armênio Armando, Coimbra, 1978, (2ª edição), 1965.
- CUNHA, Celso Ferreira. Gramática da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Fename, 1975.
- COUTINHO, Milson. Caxias das Aldeias Altas: subsídios para sua história. 2 ed. São Luís: Prefeitura de Caxias, 2005.
- DIDIER, E. De “l’exclusion” à l’exclusion. *Politix*, 34: 5-27, 1996.
- ECKERT, Penelope. *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000.
- \_\_\_\_\_. 2003 The meaning of style, *Proceedings of the Eleventh Annual Symposium about Language and Society*, University of Texas, Austin, 47: 41-53
- \_\_\_\_\_. 2005. Variation, convention and social meaning, Paper Presented at the *Annual Meeting of the Linguistic Society of America*. Oakland CA, Jan. 7.
- \_\_\_\_\_. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. 2012. *Annual Review of Anthropology*. Palo Alto. 41: 87-100.
- ESCOREL, S. Exclusão social: em busca de uma categoria. In: Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, pp. 23-81. ISBN: 978-85-7541-605-1.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. *Microfísica do poder*. Trad. e org. Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprendendo a escrever, aprendendo a pensar. 27 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

LABOV, William. Padrões Sociolinguísticos. Tradução: Marcos Bagno, Maria Martha Pereira Scherre, Caroline Rodrigues. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LUCCHESI, Dante. Sistema, mudança e variação: um percurso na história da linguística moderna. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MOISÉS, Julia de Assis. O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte. (Dissertação). UFMG, 1995.

MEYERHOFF, Myriam. Introducing Sociolinguistics. New York: Tayloe & Francis e-Library, 2006.

SILVA, G. M. O. e. Coleta de dados. In: MOLLICA, M. C. (Org.). Introdução à sociolinguística variacionista: cadernos didáticos. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1992. p.101-114.

OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de & SCHERRE, Maria Marta P. (orgs.). Padrões Sociolinguísticos – Análise de fenômenos variáveis do Português Falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 119 – 145, 1996.

PERINI, Mário A. Gramática descritiva. Minas Gerais: Editora Vigília, 1979.

\_\_\_\_\_. Sintaxe. São Paulo: Parábola, 2019.

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

VILANETO, Quincas. O Município e Câmara Municipal. Caxias, MA: Câmara Municipal de Caxias, 2006.

\_\_\_\_\_. Catálogo Histórico da Imprensa Caxiense: Do Prelo ao Prego:1833-2007. Caxias, MA: Estação Gráfica Ltda, 2008.

ROCHA LIMA, Carlos H, da. Gramática normativa da língua portuguesa. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. Língua e sociedade: a história do pronome “você” no português brasileiro. Rio de Janeiro: Ítaca, 2013.

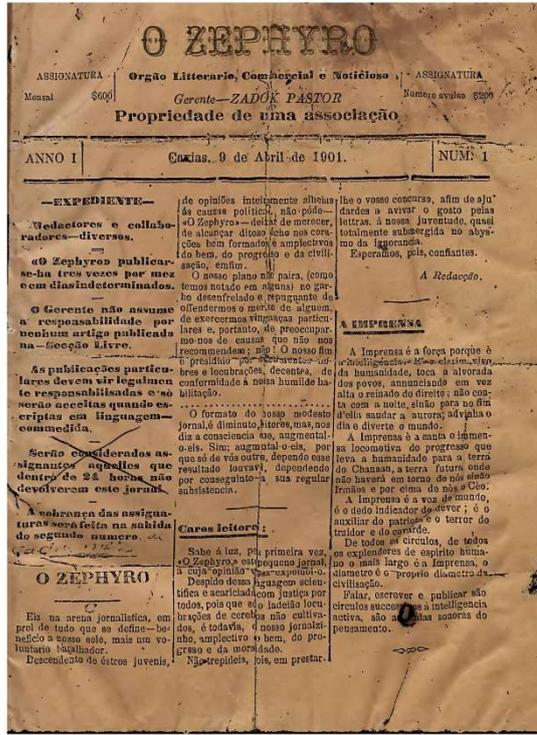
SOUZA, Isaac Gonçalves. A cidade de cristal: identidade e evasão na cultura local de Caxias (1914 – 1937). (Dissertação). Teresina – PI, 2016.

TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática, 2007.

VELOSO, Rafaela. As três ondas da sociolinguística e um estudo em comunidades de prática. In: CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA (ALFAL), XII, 2014, João Pessoa – PB.

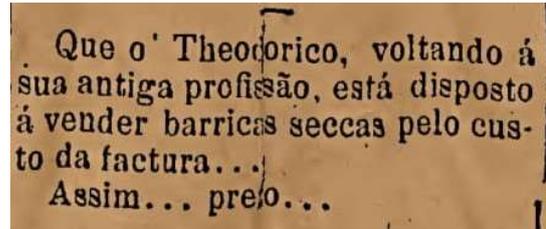
# **ANEXOS**

# ANEXO A – JORNAL O ZEPHYRO

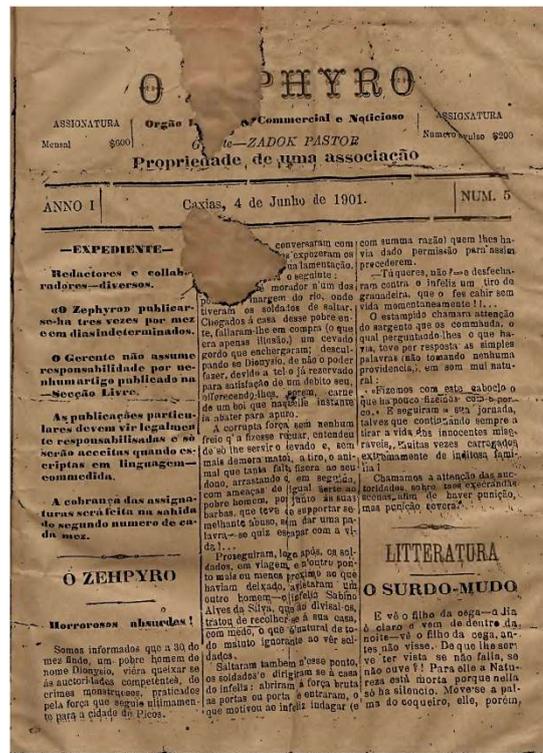
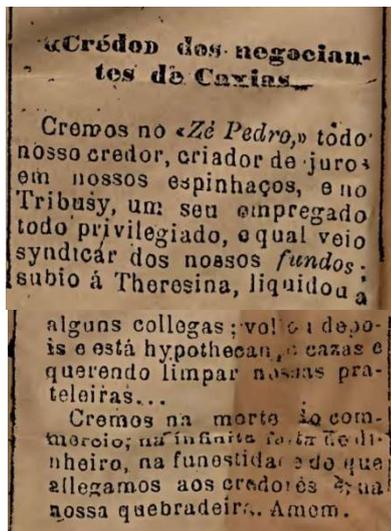


O ZEPHYRO – Órgão literário, comercial e noticioso, gerenciado por Zadock Pastor. Impresso na typ. do Jornal de Caxias, propriedade de uma associação.

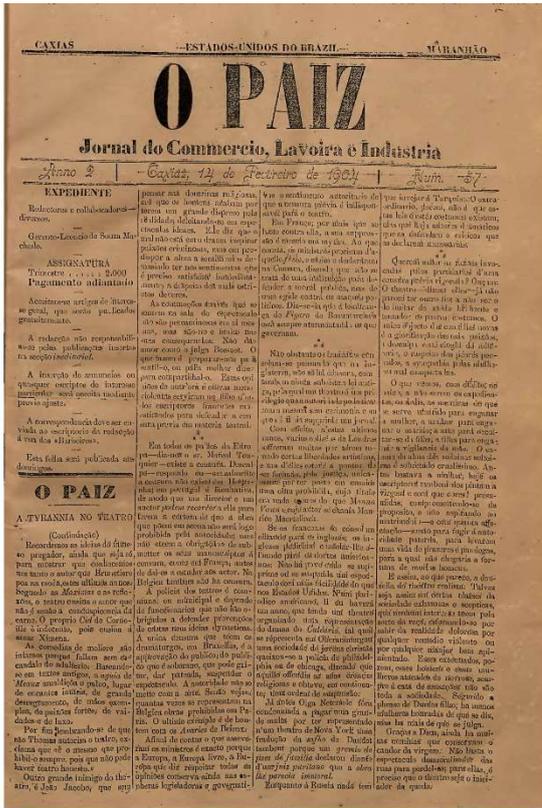
EXCERTO 1 - O ZEPHYRO (1901). Caxias (MA), 09 de abril de 1901. Anno I, nº 1, p. 3.



EXCERTO 2 - O ZEPHYRO (1901). Caxias (MA), 4 de junho de 1901. Anno I, nº 5, pp. 2 e 3.

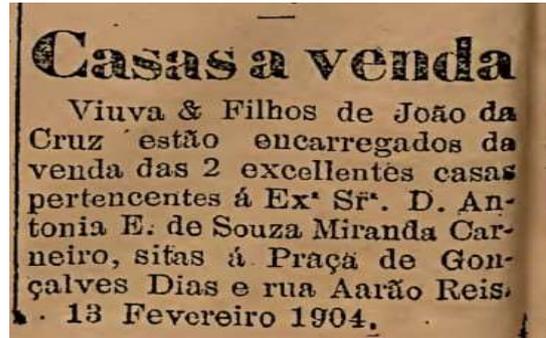


# ANEXO B – JORNAIS O PAIZ E O BINÓCULO



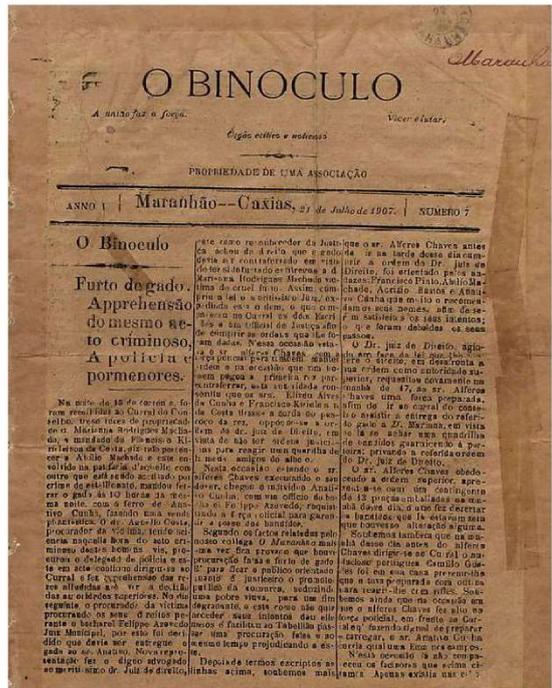
**O PAIZ – Jornal do comércio, lavoura e indústria, nesse periódico Vespasiano Ramos publicou em 1908, seu poema A Guerreira. Gerentes: Zadock Pastor e Leôncio de Sousa Machado.**

**EXCERTO 3 - O PAIZ (1904 - 1905). Caxias, 14 de fevereiro de 1904. Anno 2, nº 57, p. 2.**



**O BINÓCULO – Jornal comercial, noticioso. Proprietário: Euclides Batista**

**EXCERTO 4 - O BINOCULO (1907). Caxias, 21 de julho de 1907. Anno I, nº 7, p. 7**



ANEXO C – JORNAIS O CAIXEIRO E O BLOCO

O CAIXEIRO – Órgão da classe caixeiral caxiense. Diretor: Osvaldo de Teixeira Mendes.



EXCERTO 5 - O CAIXEIRO (1915 – 1916) Caxias, 17 de janeiro de 1916. Anno I, nº 6, p. 3.



EXCERTO 6 - O CAIXEIRO (1915 – 1916) Caxias, 17 de janeiro de 1916. Anno I, nº 6, p. 3.



O BLOCO – Jornal de interesses gerais, Propriedade de uma associação. Redatores: Cronwel de Carvalho, Hugo Bittencourt, Miron Pedreiras e Hemetherio Leitão.

EXCERTO 7 - O BLOCO (1917). Caxias, 9 de fevereiro de 1917. Anno I, nº 13, p. 7.



# ANEXO D – JORNAIS FERRO NA BRAZA E DIÁRIO DE CAXIAS

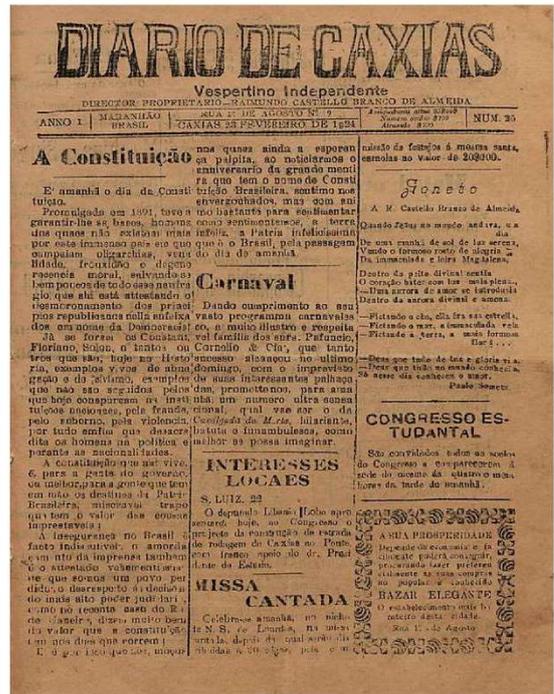
**FERRO NA BRAZA – Órgão crítico e noticioso.**  
**Redator: Sérgio Collaço Veras.**

**EXCERTO 8 – FERRO NA BRAZA (1917). Caxias (MA), 20 de março de 1917. Anno I, nº 9, p. 3**



**DIÁRIO DE CAXIAS – Primeiro vespertino independente. Jornal de circulação diária. Propriedade de Raimundo Castelo Branco Almeida.**

**EXCERTO 9 – DIÁRIO DE CAXIAS (1924) Caxias, 23 de fevereiro de 1924. Anno I, nº 25, p. 3**





ANEXO F – JORNAIS SINGULAR E CRUZEIRO

SINGULAR – Órgão noticioso e humorístico, dedicado ao desenvolvimento intelectual da sociedade. Redatores: A. Anturnes, E. Lima e F. Teixeira. Gerente: O. Machado.



EXCERTO 12 - SINGULAR - (1938). Caxias, 13 de fevereiro de 1938. Anno I, nº 12, p. 2

O Léo, lá no baile, no dia do "assustado", bancou o malandro. Rapaz, depois tu não sejas o boi e, assim, sem chifre... vae multado.

CRUZEIRO – Órgão dos paroquianos de Caxias, dirigido por Vicente Celestino e Leôncio

EXCERTO 13 - CRUZEIRO - (1948). Caxias, 22 de agosto de 1948. Ano XV, nº 634, p.3

